



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV - JACOBINA
CURSO LETRAS VERNÁCULAS.

ROZINETE PAIXÃO SOUZA

INCLUSÃO NA ESCOLA ABELARDO CERQUEIRA:
UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR
DO DISCURSO DOCENTE

Jacobina - BA
Setembro de 2011.

ROZINETE PAIXÃO SOUZA

**INCLUSÃO NA ESCOLA ABELARDO CERQUEIRA:
UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR
DO DISCURSO DOCENTE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciatura plena em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, ao Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Prof^o. Orientadores: Dr. Antenor Rita
Gomes e Joana Leôncio.

Jacobina – BA
Setembro de 2011.

À minha querida avó Saturnina (in memória), pessoa que estava sempre presente, orando e torcendo por mim, pedindo a Deus que me protegesse durante o trajeto da viagem. Também ao meu sobrinho João Fagner, que me alegrou nos momentos de grande tensão e que me alegra com sua doçura e inteligência.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus que foi o responsável por me fortalecer para que cada luta tivesse como resultado a vitória.

A todos os meus amigos, em especial, Henrique Assis que durante esse período foi alguém que muito me incentivou.

Agradeço a minha família pela contribuição na concretização desse sonho.

Aos orientadores, professora Joana Leôncio.

E com carinho ao professor Antenor por sua dedicação à profissão, e por ser alguém sempre disposto a ajudar no crescimento do aluno, sendo um exemplo de profissional a ser seguido.

Agradeço também de forma muito especial as minhas “clientes amigas”, que durante essa jornada de estudos foram de fundamental importância para que eu pudesse cumprir com as despesas de passagens, materiais, em fim, pessoas que compravam minhas mercadorias com o objetivo de ajudar. Sou eternamente grata a essas pessoas, que Deus as ilumine sempre.

Em destaque agradeço a amizade e o apoio das pessoas idosas nesse período de estudo.

“A alma dos diferentes é feita de uma luz além. Sua estrela tem moradas deslumbrantes que eles guardam para os poucos capazes de os sentir e entender” (Arthur da Távola).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar por meio do discurso os sentidos da inclusão escolar para os educadores do ensino fundamental. Utilizamos como instrumentos de pesquisa a entrevista estruturada e semi-estruturada, optando pelo método indutivo, numa abordagem qualitativa, tendo como base os estudos da Análise do Discurso (AD) de linha Francesa. Discurso é analisado então, como prática de linguagem em que se observa o homem falando. A linguagem é vista como produtora de sentidos atuando como mediação entre o homem e a realidade em que ele está inserido. Os sentidos estão ligados a posição que cada sujeito ocupa nas formações discursivas, levando em consideração a história e as ideologias que essas posições representam. A partir disso, analisamos os discursos dos professores observando como eles concebem os processos de inclusão escolar, quais suas visões sobre a escola inclusiva, discutindo ainda sobre a formação docente na perspectiva da inclusão. A partir disso, tivemos como resultado a constatação de que os discursos trazidos por esses educadores ainda estão ligados ao contexto histórico da educação especial, e que a inclusão na escola está ligada a aceitação, uma inclusão apenas pelo contato, estando no nível de trazer esses alunos para a escola.

Palavras-chave: Análise do discurso e inclusão escolar.

Abstract

This essay aims at looking at means of school inclusion through the discourse educators of secondary school. It was used as research instruments the structuralized and half-structuralized interview. It was decided to use the inductive method, in a qualitative approach. The basis of this study lies on the Discourse Analysis (DA) of French line. In this point of view, speech is analyzed as language in its usage, in which man is observed speaking. Language is seen as a meaning producer, mediating man and the reality it is inserted. Meaning is connected to the position the individual occupies in the discursive formations, taking into account the history and the ideologies these positions represent. From this standpoint, it was analyzed the teachers discourse, observing how they conceive the process of school inclusion and their opinions about inclusive school. It was also discussed how as teachers formation under inclusive perspective. As a result, it was evidenced that the discourse brought by these educators are still linked to the historical context of the special education. Moreover, it was found out through their discourse that the idea of inclusion is connected with acceptance, an inclusion of contact, in the level of just bringing the students to school.

Key – words: Discourse Analysis and school inclusion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	11
1.1 Histórico da Educação Especial.....	12
1.2 Parâmetros Curriculares Nacionais e Educação Especial.....	16
1.3 Análise do Discurso.....	23
1.3.1 Discurso e formação discursiva.....	24
1.3.2 Questões ideológicas.....	27
1.3.3 A condição do sujeito do discurso.....	30
1.3.4 Considerações sobre enunciado e enunciação.....	32
1.3.5 As condições de produção do discurso.....	35
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	39
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
3.1 Diferente concepções sobre a inclusão escolar.....	42
3.2 Formação escolar na perspectiva da inclusão escolar.....	46
3.3 Considerações dos educadores da escola como sendo inclusiva.....	49
3.4 Níveis e modalidades de inclusão.....	51
3.5 Planejamento escolar como estratégia de inclusão.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
6. ANEXOS.....	63

INTRODUÇÃO

A escola se constitui como espaço difusor de culturas e comportamentos em que os diferentes sujeitos fazem história por meio de seus discursos, revelando o que se passa no seio social. Por conta disso, observa-se um constante ir e vir de pontos de vistas dos/e sobre os sujeitos que a representam, transformando esse espaço no lugar de construção e propagação discursiva. Em se referindo à inclusão escolar cumpre-se observar como os pontos de vistas dos educadores se inscrevem no cotidiano da escola mediando ou não suas ações, pois as produções discursivas nem sempre correspondem a sua efetiva prática, isso porque em toda produção de discurso há um deslocamento do imaginário que faz com que haja um

distanciamento entre o que se pensa, o que se deseja, e o que realmente acontece. O que nos leva a perceber que entre o “dizer” e o “fazer” há um distanciamento.

A idéia de pesquisar sobre a inclusão escolar é fruto dos conhecimentos adquiridos durante minha formação acadêmica, e da aplicação de um projeto de intervenção, com a Disciplina Aspectos Sócio psicológicos em Educação Especial, com a aplicação desse projeto pude perceber que pouco sabemos sobre as crianças com Necessidades Educacionais Especiais, quando nos reportamos à realidade dessas pessoas nas escolas percebemos que as dificuldades que as rodeiam são muitas. Entre elas, professores despreparados, falta de infraestrutura e acessibilidade inadequada para recebê-las.

Observando tudo isso, a escolha do tema é pertinente porque as pesquisas em educação mostram que os processos de inclusão, apesar das discussões, da criação de leis, e do empenho de alguns ainda apresenta resultados insatisfatórios, pois ainda há o predomínio de práticas escolares que são realizadas com base em conceitos criados pela própria escola, que diz quem deve ou não fazer parte de seus espaços, esses conceitos por sua vez, são produzidos através dos discursos proferidos pelos educadores, muitas vezes, de forma inconsciente, mas que gera sentidos, definindo o modelo da escola que temos.

Pretendo então discutir através do problema de pesquisa, quais as concepções dos educadores sobre os processos de inclusão escolar, e em que medida os sentidos que são construídos nesses processos se materializam em discurso, influenciando, ou não a dinâmica da escola. Para isso tomo como base os enunciados proferidos pelos educadores sobre os processos de inclusão escolar, levando em consideração que entre a inclusão concretizada nos discursos pelos educadores e sua efetiva prática há muitas distorções, ditos e não ditos que revelam como essa modalidade de ensino ocorre na práxis escolar.

A partir desses enunciados, e tendo como base suas formações discursivas trabalharemos o objetivo da pesquisa, o qual busca analisar por meio do discurso os sentidos da inclusão escolar para os educadores. Especificamente busco observar se os discursos trazidos pelos educadores sobre inclusão escolar condizem com a realidade vivenciada pela escola que se coloca como inclusiva, analisando ainda como professores e gestores concebem os processos de inclusão, refletindo como ela vem ocorrendo, qual o nível alcançado e como está alicerçada no planejamento escolar.

Desse modo, o presente trabalho monográfico foi realizado na escola Municipal Abelardo Cerqueira na Cidade de Várzea do Poço, nos períodos de maio a setembro de 2011, contamos com a colaboração de 13 professoras atuantes do ensino fundamental nas séries iniciais. Para isso, utilizamos como instrumentos de pesquisa a entrevista estruturada e semi-

estruturada onde colhemos os dados a serem analisados, elegendo então como base de discussão a abordagem qualitativa por meio do qual se empreendeu um trabalho interpretativo que ajudou na análise dos resultados finais. Dessa forma, desenvolveu-se uma análise a partir do método indutivo, uma vez que partiu de um posicionamento geral para se chegar ao particular, onde a partir dos discursos dos professores mostramos as várias faces da inclusão escolar, como sendo uma realidade que abrange todas as escolas, para então constatar como ocorrem os processos de inclusão na escola pesquisada.

Para analisar os dados coletados me apoio nas bases teóricas da Análise do Discurso de linha Francesa, especificamente nos estudos de Orlandi(2009) quando esta define discurso como prática de linguagem por meio do qual os sujeitos se inscrevem na história, de forma que os sentidos que atribuem as coisas estão além das palavras, pois levam em consideração as posições ideológicas que cada um ocupa na sociedade. Nesta perspectiva, os sentidos que são construídos sobre os processos de inclusão escolar não são formados aleatoriamente, fazem parte de valores e posições que cada sujeito ocupa dentro do contexto educacional, bem como suas visões e expectativas históricas sobre a temática em questão.

Também Cardoso (2005) quando esta associa discurso como o lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas. Neste sentido, o discurso atua como o lugar onde se pode perceber como os sujeitos se relacionam com a sociedade e como os valores sociais interferem em suas vidas. E Brandão (2004) que discute sobre a posição dos sujeitos como condição imprescindível para a existência da ideologia. É através dos discursos proferidos por esses sujeitos que as ideologias fazem sentido, ditando assim normas e comportamentos sociais.

Sobre a inclusão tomo como base de análise os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares para educação especial (1998). Segundo esse documento para que ocorra a inclusão é fundamental que a escola se organize, planejando o que vai ensinar para esses alunos e como vai ensinar tendo superado os obstáculos que a rodeia, dando formação e capacitação para os professores, de forma que esses profissionais possam saber enfrentar as dificuldades dessa nova modalidade de ensino.

Deste modo, o primeiro capítulo deste trabalho monográfico apresenta um breve histórico da educação especial, mostrando como ocorreu o atendimento às crianças com deficiências. Logo em seguida através dos Parâmetros Curriculares Nacionais discuto sobre os principais conceitos relacionados à inclusão, como esse documento analisa a postura da escola em relação a essa prática escolar, discutindo sobre planejamento escolar, avaliação e outros fatores considerados imprescindíveis para que ocorra a inclusão. Mais adiante as discussões

são voltadas para os principais conceitos trazidos pela análise do discurso de linha francesa onde num primeiro momento traço uma breve apresentação introdutória sobre essa corrente de estudos, em seguida com aparato teórico de Orlandi (2009), Cardoso (2005) e Brandão (2004), discorro sobre os principais conceitos da (AD), como as definições de discurso, conceito que ao ser analisado leva em consideração a história, os sujeitos e a ideologia, deste modo, para que se entenda os sentidos das palavras é necessário observar o contexto ao qual esses discursos estão sendo produzidos, remetendo a sua formação discursiva e levando em consideração a posição social dos sujeitos que os enunciam, além de observar as ideologias que estes carregam, dessa forma os sentidos das coisas estão relacionados as posições sociais ocupadas pelos sujeitos na sociedade, em nosso caso iremos analisar a posição do professor frente a prática da inclusão escolar.

No segundo capítulo apresento o aparato metodológico utilizado na realização da pesquisa, bem como os sujeitos, a abordagem, o método utilizado, os instrumentos e o espaço da pesquisa. No terceiro capítulo analiso os enunciados dos professores categorizando em eixos temáticos com a base teórica estabelecida, no caso a análise do discurso, observando como os discursos desses professores estabelecem relação com outros discursos construídos historicamente, o que eles trazem em sua formação discursiva, além de observar se as concepções trazidas nesses discursos se relacionam com o histórico da educação especial. Finalizo o capítulo com as considerações finais apresentando de forma geral as concepções dos educadores sobre a inclusão escolar e como ela está ocorrendo na escola, fazendo algumas recomendações a partir do estudo.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Histórico da Educação Especial.

A história da educação especial segundo Miranda (2003) foi estabelecida no século XVIII pelo médico Frances Jean Itard, quando este buscou educar Vitor de Aveyron, o menino selvagem de 12 anos, a partir de seus estudos Itard procurou descobrir como ocorre o processo de aprendizagem do seu aprendiz que considerava deficiente, buscou educá-lo e modificar seu nível de aprendizagem. Se dedicou durante muitos anos na recuperação desse menino selvagem, o qual apresentava deficiência mental profunda. Outra importante contribuição que vem firmar esse contexto foi a colaboração do médico Edward Seguin(1812-

1880), influenciado por Itard criou o método fisiológico de treinamento que consistia em estimular o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais. Fundou em 1837 uma escola para idiotas, sendo o primeiro presidente de uma organização de profissionais, conhecida atualmente como Associação Americana sobre Retardamento Mental (AAMR).

A autora ressalta também a importante colaboração de Maria Montessori (1870-1950), sua contribuição foi de extrema importância para a evolução da educação dessas pessoas, desenvolveu um programa de treinamento para as crianças com deficiências mentais, baseado no uso sistemático de manipulação de objetos concretos, desenvolvendo também jogos pedagógicos.

A história da educação especial segundo Miranda(2003) pode ser descrita em quatro estágios, Kirk e Gallagher, (1979); Mendes (1995), e Sasaki, (1997). O primeiro estágio ocorreu na era pré-cristã, nessa época as pessoas com deficiências eram tratadas de forma desumana, como se não pertencessem à sociedade. No segundo estágio, na era cristã (Pessotti,1984) eram vistos sobre a ótica da caridade ou do castigo, nessa visão aceitar a pessoa com deficiência era um ato de piedade. A partir do século XVIII, no terceiro estágio eles eram encaminhados para instituições residenciais com caráter formal.

Surgem nesse mesmo período, de acordo com a autora, as escolas especiais e as classes especiais. As escolas especiais eram instituições isoladas da escola regular, já as classes especiais era uma modalidade de atendimento oferecido dentro das escolas regulares, em espaços isolados. Assim, o que se figura no trabalho a ser realizado é observar a partir dos discursos dos professores se algumas dessas características ainda estão presentes em suas falas. É então no final da década de 70 de acordo com essa autora que surge o conceito de integração escolar, na qual tinha como propósito buscar aproximar o atendimento desses alunos aos das classes regulares, neste modelo de atendimento é o aluno que deve se adaptar para ser aceito, aqueles que não conseguiam se enquadrar no perfil da escola, evadiam, passando a viver nas mesmas condições que antes. Esse modelo de atendimento não teve muito sucesso justamente por isso, sendo então criticado pelos pesquisadores da época.

Miranda (2003) chama a nossa atenção para o fato do descaso com que a educação especial foi tratada no Brasil, enquanto que nos países Europeus e Norte Americanos ofereciam atendimento educacional institucionalizado, um atendimento já consagrado nas leis do país, aqui no Brasil ocorria a passos lentos, se limitando nesse primeiro momento apenas em classificar os tipos de deficiências mentais, não havendo nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis. (Mendes, 1995; Dechichi,2001). Sendo esse momento denominado de negligência, não havendo nenhuma produção teórica sobre a

deficiência mental, se limitando apenas aos meios acadêmicos, com escassa oferta de atendimento educacional, Mendes (1995).

Foi então que em 1854 com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos”, (hoje “Instituto Benjamin Constant”), e a criação do “Instituto dos Surdos-Mudos”, (hoje “Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES”), que começa a se pensar no atendimento dessas pessoas em nosso país. Contudo, foi a partir da iniciativa do governo imperial do Rio de Janeiro em 1857 que a educação especial começa a ser iniciada no Brasil, e as crianças com deficiência começam a ser enviadas para esses institutos. (Jannuzzi,1992;Bueno,1993;Mazzota,1996).

No entanto, a precariedade de atendimentos oferecidos nos referidos institutos era lastimável, (Mazzotta,1996). Conforme exemplifica Miranda (2003), em 1872 a população de cegos no Brasil era de 15.848 e 11.595 surdos, sendo atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos, valores insignificantes se comparado com a população descrita. Mesmo assim, a importância dos mesmos foi significativa para a conscientização da sociedade, como também representou um avanço para as discussões e concretização de ações em prol dos deficientes em nosso país. Nesse primeiro momento a educação oferecida a essas pessoas se caracterizou por ações isoladas, com atendimentos direcionados apenas as deficiências visíveis, como visuais, auditivas e em menor quantidade as deficiências físicas, sendo a deficiência mental ignorada.

Sobre o retardamento da implantação da educação especial no Brasil Miranda (2003) ressalta ainda que enquanto em todo o mundo, na década de 50, as discussões avançavam para os debates sobre os objetivos e qualidades dos serviços educacionais para essas crianças, no Brasil ainda ocorria à implantação das escolas especiais e posteriormente das classes especiais, havendo no período de 1950 a 1959 um aumento nesses estabelecimentos, em sua maioria em escolas públicas.

Já em 1967 é o momento da oferta de atendimento em instituições privadas, tendo como destaque a Sociedade de Pestalozzi do Brasil criada em 1945, como também a associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em 1954 em 1962, e a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) sem fins lucrativos, sendo essas instituições mantidas por órgãos privados, só a partir dos anos 50, especificamente no período de 1957 o governo passa a assumir o atendimento educacional desses indivíduos.

Como as discussões sobre a educação especial avançavam no Brasil, e as condições de vida dessas pessoas eram lastimáveis, procurou-se realizar um trabalho de conscientização da sociedade em relação à educação dos deficientes, já que durante anos foram alvos dos mais terríveis preconceitos. É então que nos períodos de 1957 a 1960 foram sucedidos por diversas

campanhas. Em 1957 foi realizada a campanha em favor dos deficientes auditivos, denominada “Campanha para a educação do Surdo Brasileiro”, cuja finalidade foi promover medidas necessárias para a educação e assistência dos surdos. Em 1958 surge a Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão.

Em 1960 é o momento dos deficientes mentais, onde se realizou a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes mentais” (CADEME), tendo como intuito promover em todo território nacional a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo. (Mazzotta,1996). Nesse mesmo ano houve a expansão das escolas especiais, em 1969 havia mais de 800 estabelecimentos de ensino, cerca de quatro vezes mais que em 1960. Na década de 70 finalmente houve a institucionalização da educação para as pessoas com deficiências no Brasil, essa institucionalização esteve voltada para o planejamento de políticas públicas, sendo criado, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Desse modo, conforme elucida Miranda (2003) em 1988 com a promulgação da Constituição Federal a condição das pessoas com deficiência passa a ser vista sobre outra ótica, é então assegurado a essas pessoas o direito de estar na escola, de preferência na rede regular de ensino. A partir desse momento, em meados da década de 90 as discussões são voltadas para a inclusão escolar, essa nova visão de atendimento educacional surge como reação contrária ao processo de integração que a antecedeu, sendo esse modelo de ensino baseado em princípios em que a escola é que deve se preparar para receber os referidos alunos.

No entanto, a autora ressalta que com todas as conquistas alcançadas em favor dessas pessoas a situação em que se encontravam ainda era caótica. Foi então que em 10 de junho de 1994 na Espanha que representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a conferência Mundial de Educação, que ficou conhecida como Declaração de Salamanca. Esta se refere ao atendimento da educação inclusiva, cujo objetivo é proporcionar um atendimento educacional para incluir todos os alunos, buscando combater a discriminação, tendo como princípio fundamental que todas as crianças, independente de suas diferenças, ou dificuldades devem aprender juntas.

A partir de então, com a criação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, houve um importante crescimento nas discussões voltadas para essas crianças, essa lei veio como meio de assegurar os direitos constituídos na Legislação Federal, apontando que a educação das pessoas com deficiências deve ser oferecida de preferência na rede regular de ensino, com professores capacitados para atendê-los.

A partir dessa lei importantes documentos foram criados, objetivando instituir e ajudar nos processos de inclusão escolar, sendo a definição de educação especial vista de outra forma, “a educação especial para os efeitos desta lei é entendida como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.” LDB (Art. 58.).

Dessa forma, o desafio da educação hoje é promover uma prática educativa baseada no respeito à diversidade, incluindo todos no espaço escolar. Essa inclusão, no entanto, não deve se limitar apenas em inserir esses alunos no contexto escolar, mas possibilitar uma prática educativa em que eles interajam com toda a escola e também aprendam.

1.2 Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares para Educação Especial.

Para que ocorra a inclusão bem sucedida segundo esse documento é necessário um sistema educacional diferenciado com inserção de todos na escola, sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, e socioeconômicas, requerendo sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas as suas características e necessidades.

Desse modo, a inclusão escolar constitui uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável, a educação inclusiva para esse movimento é um modelo de educação que requer um plano teórico-ideológico que seja capaz de superar os obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais de pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos apresentando como principal dificuldade para a concretização dessa inclusão, a formação docente, especificamente dos professores das classes regulares.

De acordo com esse documento deve se pensar primeiramente na formação dos professores das salas regulares, no entanto, o que é mais comum nas escolas é pensar na formação de apenas um professor para atuar na sala de atendimento especializado. Neste sentido, o trabalho que empreenderemos em nossa pesquisa, tendo como base os discursos dos professores é observar como essas questões estão presentes na escola pesquisada.

Quando a questão é sobre o processo de integração, segundo os Parâmetros Curriculares não basta oferecer eficiência no atendimento á diversidade dos alunos, mas deve-se adotar outras medidas, como,

Elaborar propostas pedagógicas pensando na interação com os alunos, desde a elaboração dos objetivos, reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola, seqüenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos, adotar metodologias diversas e motivadoras, avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar. (PCN,1998:18).

No entanto, eles apontam que a maioria dos sistemas educacionais não contribui para isso, pois o atendimento às crianças com necessidades especiais ainda é baseado na concepção médico-psicopedagógica, focalizando a deficiência como condição individual e minimizando a importância do fator social na origem e manutenção do estigma que cerca essa população específica. Dessa forma, é necessário que a escola seja transformada, adquirindo uma nova visão sobre o oferecimento do ensino, não pensar o atendimento a criança com deficiência como uma prática baseada apenas em cuidados e carinhos.

Mesmo porque a educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e permanência, com êxito do aluno no ambiente escolar, assumindo a diversidade desses educandos, de modo a contemplar suas necessidades e potencialidades, estando centrada numa dimensão globalizada, abrangendo mudanças no projeto pedagógico, na gestão escolar, nos currículos e conselhos escolares, mantendo ainda uma parceria com a comunidade escolar e local. Contudo, o que percebemos são escolas que se dizem inclusivas, mas que não há mudanças em suas práticas pedagógicas.

Para esse documento o conceito de educação especial deve ultrapassar o conceito de atendimento especializado, conforme define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) é uma modalidade de educação escolar voltada para a formação do indivíduo, pensando-se em sua cidadania. Esse novo conceito de educação especial procura romper com a idéia com que lhe foi atribuída durante anos, em que as crianças com deficiências eram excluídas do convívio com outras crianças. Nesse caso, as salas de atendimento especializado, incorporadas ao sistema de inclusão nas escolas regulares devem servir de apoio para a integração desses alunos nas turmas regulares.

Necessidades Educacionais Especiais segundo esse documento pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, está associada a dificuldades de aprendizagem não

necessariamente vinculada a deficiência. Essas necessidades podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos, abrangem:

Crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; Crianças com deficiências e bem dotadas; Crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas; Crianças de populações distantes ou nômades; Crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais; Crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados. (PCN,1998:23).

Essa denominação é muito importante porque procura romper com conceitos negativos criados sobre as crianças que apresentam deficiência, e conforme esse documento esclarece qualquer aluno pode necessitar de um atendimento especial da escola, não devendo portanto associar essa definição apenas as suas deficiências. Isso porque, de acordo esse documento, o aluno com necessidades especiais é aquele que apresenta necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerendo recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Dando ênfase para o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; portadores de condutas típicas (problemas de conduta); e portadores de superdotação.

Dessa forma, quando se fala em necessidades educacionais especiais deve-se não só pensar nas dificuldades específicas dos alunos, mas pensar no que a escola pode fazer para ajudá-los. Além disso, considera que os alunos podem necessitar, mesmo que temporariamente de atenção específica, requerendo tratamento diversificado dentro do mesmo currículo. Nesse sentido, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados não devem se restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas, deve-se respeitar a diversidade da sala de aula e manter a ação pedagógica normal.

Para que essa inclusão ocorra é importante se pensar no currículo da escola, este representa a identidade da instituição e seu funcionamento, exercendo o papel de suprir as necessidades e expectativas da sociedade. Pensando na inclusão ele deve ser construído a partir do projeto pedagógico da escola viabilizando sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas funcionalidades. Assim se a

escola se diz inclusiva é necessário que haja mudanças em seu projeto político pedagógico e posteriormente as mudanças em seu currículo.

Esse currículo pode ser visto também como um guia das práticas educativas sugerindo sobre o que, quando e como ensinar, o que, como e quando avaliar. Nessa perspectiva a concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação, até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos, relaciona princípios e operacionalização, teoria, prática, planejamento e ação. Uma vez que a escola compreende isso e se organiza, sabendo o que vai ensinar e como ensinar seus alunos sua prática em sala de aula alcançará resultados melhores.

Em relação ao projeto pedagógico, este tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas da comunidade escolar, devendo pois encontrar reflexo na cultura escolar e na expressão dessa cultura, no currículo. Esse projeto pedagógico deve ser visto como ponto de referência para definir as práticas escolares, orientando a operacionalização do currículo, considerando os seguintes aspectos:

A atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículo; a flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos; a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional. (PCN,1998:32).

Para atender os alunos com necessidades educacionais, segundo esse documento é necessário sistemas educacionais modificados e organizados que saibam reconhecer as especificidades de cada aluno, cujo objetivo seja atender a todos. Contudo, ao observarmos realidade das escolas que se dizem inclusivas, notamos um grande paradoxo, pois a inclusão ocorre sem nenhuma mudança no projeto político pedagógico e em seu currículo.

O que se propõe não é que se crie uma escola nova, mas que ela se mobilize no sentido de propor as mudanças necessárias, desse modo, as adaptações curriculares constituem uma possibilidade educacional para atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Para isso pressupõe-se a realização de adaptações no currículo regular para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais, não é necessário a criação de um novo

currículo, mas deve-se transformá-lo para que se torne dinâmico, alterável, passível de ampliação que atenda todos os educandos.

Essas adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem, “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; e como e quando avaliar o aluno.” (PCN, 1998:33).

De acordo com as adaptações sugeridas, para que o aluno com necessidades educacionais especiais participe ativamente do processo de ensino – aprendizagem deve-se considerar alguns aspectos, como: a preparação, a dedicação da equipe educacional e dos professores; o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; e as adaptações curriculares e de acesso ao currículo. Isso porque a inclusão pressupõe um conjunto de ações, um trabalho em conjunto, onde todos se ajudam e lutam pelo mesmo ideal, quando isso não ocorre a inclusão se transforma num problema para a escola.

Para essas adaptações são imprescindíveis algumas características que facilitam o atendimento as essas crianças, dentre elas que os docentes atinjam o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado, desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, sem necessariamente de igual modo ou com a mesma ação e grau de abstração, o interesse e o aprendizado dos docentes sobre a inclusão escolar deve se desenvolver simultaneamente.

Essas adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno, estas são realizadas em três níveis. No âmbito do projeto pedagógico que corresponde ao currículo escolar, se referem a medidas de ajuste do currículo em geral, focaliza principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. Nas adaptações relativas ao currículo da classe as medidas adaptativas são realizadas pelo professor, se dirigindo à programação de atividades da sala de aula, focalizando a organização e os procedimentos didáticos – pedagógicos. Nesse processo há muitas etapas em que nenhum outro profissional pode fazer somente o professor, porém, para que ocorra essa inclusão tem que haver a mobilização de toda a escola.

Através dessas adaptações é possível tornar real a participação do aluno, proporcionando uma aprendizagem eficiente no ambiente da escola regular, como também a organização do tempo. Com essa organização o professor tem a possibilidade de incluir atividades destinadas ao atendimento especializado fora do horário normal da aula. Com as adaptações individualizadas do currículo a atuação do professor no processo de avaliação e no atendimento do aluno é de suma importância, pois lhe compete o papel de definir o nível de

competência curricular do educando, como também identificar os fatores que interferem no seu processo de ensino-aprendizagem.

É importante frisar, que todas essas adaptações têm o currículo regular como referência básica e toda mudança gira em torno das necessidades dos alunos. Temos ainda as adaptações de acesso ao currículo, estas correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como os recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos.

Em todos os âmbitos educacionais o processo avaliativo é muito importante, quando relacionado ao aluno com necessidades especiais deve focalizar todos os aspectos do seu desenvolvimento, o nível de competência curricular e o estilo de aprendizagem. Quando direcionado ao contexto educacional deve focalizar o contexto da aula e o escolar. E quando direcionado ao contexto familiar deve focalizar as atitudes e expectativas com relação ao aluno, a participação na escola, o apoio propiciado ao aluno e à sua família, as condições socioeconômicas, as possibilidades e pautas educacionais e a dinâmica familiar. Em relação à promoção, os processos avaliativos devem seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adaptações, quando necessário. Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou retenção do aluno na série, ou ciclo, como,

A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; a valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; a competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; e efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família. (PCN, 1998:58).

Nesse processo o aluno é avaliado como um todo, observando sua autonomia em seu desenvolvimento. Com relação a sua promoção o professor e toda a direção da escola deverão ter o bom senso de optar pelo melhor para esse aluno.

1.3 Análise do Discurso

1.3.1 Discurso e formação discursiva

O trabalho de análise do discurso tem como base de estudos os conflitos sociais e históricos empreendidos pelos sujeitos em sua discursividade, de forma que ao analisar os discursos produzidos pelos sujeitos observa-se como se relacionam com o contexto social e histórico. É um trabalho “que busca compreender como os homens se organizam no espaço social em sua interatividade, tendo como meta analisar os processos discursivos inscritos nas relações ideológicas, representando como esses discursos se articulam, levando em consideração sua funcionalidade” Cardoso (2005). É o que pretendemos fazer, analisar os discursos dos educadores observando o que eles “dizem” sobre a inclusão escolar, como esses sujeitos do discurso se relacionam ideologicamente com a realidade ao qual estão inseridos.

Nesse trabalho de compreensão discursiva em que o “dizer” dos sujeitos revelam, omitem e denunciam, a noção de língua e linguagem passa a ser analisada levando em consideração a posição do sujeito. A língua passa a ser compreendida, conforme Orlandi(2009), como produtora de sentidos por meio de um trabalho simbólico, passando a ter como objeto de análise o trabalho social geral constitutivo do homem e de sua história. O entendimento volta-se para o fato de que, o que esses sujeitos dizem é fonte de sentidos, e por meio do que produzem discursivamente compreendemos como a sociedade se organiza e como a língua se estabelece historicamente nos processos de interação social. A linguagem passa então a ser vista como a representação dessa interação, no entanto, se apresenta como um fenômeno que deve ser estudado levando em consideração “não só sua formação lingüística, mas seu sistema interno enquanto formação ideológica, se apresentando como lugar de conflitos, de confrontos ideológicos, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que, os processos que a constituem são histórico-sociais” Brandão (2004).

Nesta perspectiva os estudos da linguagem para a AD são analisados levando em consideração a formação interna dessa linguagem, remetendo a sua exterioridade, não só como os enunciados são formados gramaticalmente, mas o que eles trazem em sua formação discursiva e como foram construídos historicamente. Estudar a linguagem sobre essa ótica é observar como ocorrem às relações sociais entre os sujeitos, de forma que, ao analisar o discurso observam-se como eles compreendem e modificam a realidade ao qual estão inseridos, atuando sobre ela, sendo ao mesmo tempo produto e objeto de significações. Assim, por meio da análise dos discursos enunciados pelos educadores sobre os processos de inclusão escolar temos a possibilidade de perceber como esta temática está representada nos muros da escola.

É, pois, através da prática de linguagem que os discursos se constituem, ganham forma, se materializam, sua definição relaciona-se “a idéia de curso, percurso, palavra em

movimento, prática de linguagem em que se observa o homem falando” Orlandi (2009). Discurso para essa autora se refere a um ato comunicativo que revela as condições de existência da linguagem na história, fazendo parte da vida concreta dos sujeitos e os representando com seus valores e posições sociais, de forma que ao analisar o discurso se observa o que estes sujeitos dizem, trazendo a tona suas ideologias. Para Cardoso (2005) discurso é analisado como o lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas. Para essa autora os discursos não podem ser considerados apenas como atos de fala, mas como processo de interação social em que ao enunciar os sujeitos determinam valores e pontos de vistas que os define, o que nos faz pensar que as pessoas são produtos de seus discursos, ao passo que estes é que determinam suas ações. Se referindo aos discursos produzidos pelos educadores sobre a inclusão, empreendemos que são discursos que traduzem não só a forma como essa temática vem sendo discutida e realizada no contexto atual, mas se relaciona com outros discursos presente na história.

E ainda para Foucault (1971) apud CARDOSO (2005) esse discurso é analisado como um jogo de estratégias, de ação e reação, pergunta e resposta, dominação e esquiva, e também de luta, em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Na concepção desse autor o discurso está relacionado a um ato de poder porque os diferentes sujeitos não enunciam aleatoriamente, escolhem a melhor maneira de dizer, e o que dizer, pois depende a quem ele se dirige, e da posição que representam na sociedade. A partir disso podemos perceber que a escola se constitui como um espaço em que os diferentes sujeitos lutam discursivamente entre si, num jogo de poder que se estabelece a partir da posição que ocupam, determinando assim o que pode ser dito.

No entanto, Para que esse discurso gere sentidos é necessário que ele seja remetido as condições de produção e a sua formação discursiva, pois conforme nos mostra Clément (1973), apud Brandão(2004) o discurso não se reduz a um dizer explícito, pois ele é atravessado pelo seu avesso: “o avesso é a pontuação do inconsciente (...) não é outro discurso, mas o discurso do outro, o mesmo, mas tomado ao avesso, em seu avesso”. Isso implica dizer que para que o discurso produza sentidos, além de observar a posição dos sujeitos e o espaço em que são produzidos, é indispensável remetê-los a um jogo de oposições, ao seu avesso, “destrinchando” o que está por traz do que não foi dito, pois os sentidos,

Não estão predeterminados por propriedades da língua, dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as

formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Orlandi (2009:42).

Contudo, para a formação desse discurso segundo Foucault, apud Cardoso (2005) é necessário um conjunto de princípios que define as condições de produção do enunciado, são as práticas discursivas, essas são vistas segundo ele como um conjunto de regras anônimas e históricas, determinadas no tempo e no espaço, levando em consideração a área social, econômica, geográfica, lingüísticas e as condições do exercício da função enunciativa.

Dessa forma, na produção do discurso segundo Foucault deve-se levar em consideração um conjunto de princípios, como o espaço em que o sujeito está inserido, a classe social e a posição que cada um ocupa na sociedade. São essas condições que define as escolhas, a forma de dizer e como dizer. Em nosso caso, temos como espaço de produção discursiva a escola, tendo os nossos sujeitos a posição social de educadores, no qual queremos perceber como eles analisam os processos de inclusão escolar. Neste sentido, a formação discursiva pode ser entendida “como aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica determina o que pode e deve ser dito”, Orlandi(2009). Na condição de professor, por exemplo, o sujeito não pode dizer qualquer coisa, obviamente ele selecionará um discurso adequado a função que ocupa, levando em consideração as condições de produção do discurso e a temática a ser discutida. Essas formações discursivas são determinadas ainda como,

As grandes unidades históricas que os enunciados constituem, são sistemas de dispersão, de difícil demarcação. Não são blocos fechados, estabilizados. São constituídos por práticas discursivas que determinam os objetos, as modalidades de enunciação dos sujeitos, os conceitos, as teorias e as escolhas temáticas. No entanto, a formação discursiva não é a essência do discurso, nem sua estrutura profunda, ou seu sentido profundo, mas é ao mesmo tempo um operador de coesão semântica do discurso e um sistema comum de restrições que pode investir-se nos universos textuais. (Cardoso,2005: 35).

De acordo com essa autora tanto o sujeito como o sentido do discurso não são dados a priori, são constituídos no interior dessas formações discursivas, são efeitos das formações discursivas e por isso devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição. Sobre isso ela destaca dois princípios importantes: o primeiro princípio elucida que os sentidos mudam de uma formação discursiva para outra, o segundo que os indivíduos se constituem como sujeitos na medida em que se inscrevem nas formações discursivas. Assim,

para que o discurso venha produzir sentidos e o analista compreenda o que eles significam deve levar em consideração todos esses fatores, além do sócio-histórico, as condições de produção e a memória dos sujeitos, como também analisar não só o que foi dito, mas como foram construídos historicamente.

Por conseguinte, ao analisar os discursos dos educadores buscando os sentidos que eles trazem sobre os processos de inclusão, cumpre-se observar não apenas o que eles dizem e como dizem, mas como esses discursos foram formados ao longo da história, observando a relação que eles estabelecem com outros discursos para que se consiga depurar os sentidos que eles trazem, levando em consideração,

Não só o que foi dito, ou como foi dito, mas o que ele apresenta em sua produção discursiva, para a autora essa produção discursiva é responsável pela constituição dos sentidos, e são determinados pelas posições ideológicas. Assim todo discurso produzido pelos sujeitos são carregados de traços ideológicos, esses por sua vez, estabelecem relação com outros traços ideológicos. Tudo isso está presente na discursividade e não na palavra em si, pois a ideologia está materializada nos discursos. Orlandi (2009:42).

1.3.2 Questões ideológicas

Na obra de Brandão (2004) o termo ideologia, segundo Chauí(1981), foi criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810 na obra *Elements de ideologie*, nasceu como sinônimo de atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano enquanto organismo vivo, com o meio ambiente, passando então ser vista como uma doutrina irrealista e sectária.

Em Max e Engels esse termo é empregado com uma carga semântica negativa, sendo vista nessa concepção marxista, Chauí (1980), como um instrumento de dominação de classe, isso porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Em Althusser(1970) essa ideologia é discutida como sendo vista como aparelhos ideológicos do Estado, cuja definição é feita a partir de duas teses. Na primeira a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência, nessa tese Althusser se opõe à concepção simplista de ideologia como representação mecânica da realidade, nessa perspectiva ideologia para ele é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, essa relação se constitui de forma imaginária.

Na segunda tese Althusser considera que a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, assim toda ideologia tem como função constituir indivíduos concretos em sujeitos, isso porque segundo ele, o sujeito sendo uma categoria constitutiva da ideologia não há como esta existir sem a presença destes, isso implica segundo essa tese que será somente através do sujeito e no sujeito que a existência dessa ideologia será possível. A ideologia se constitui,

Como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que deve pensar o que devem valorizar o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer, (Chauí,1980:113) apud (Brandão 2004:22).

A ideologia é a base para a formação do discurso, ao passo, que sua existência é garantida pelo imaginário dos sujeitos, pois sendo a representação do que esses sujeitos devem seguir, e conforme podemos perceber na tese de Althusser, que essa ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos, não há como essa existir sem a presença destes, pois, “essa ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, (...) é um trabalho de produção de evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”, Orlandi(2009:46) Através das palavras dessa autora a ideologia é vista como condição fundamental para a existência do sujeito, e todo dizer se relaciona as ideologias que representam, e além disso, para que o discurso produza sentidos é necessário relacioná-lo a outros discursos produzidos historicamente.

A partir do momento que a ideologia como sendo um conjunto de representações sociais transforma os indivíduos em sujeitos, fazendo com que eles ocupem determinadas posições, ela determina as diferentes formações discursivas, fazendo do discurso um campo de luta simbólica. Neste sentido, a relação do sujeito com a ideologia é uma relação de submissão, em que de forma inconsciente as diferentes ideologias fazem parte de seu campo discursivo, constituindo a base do que dizer. Reportando ao objeto de estudo, consideramos que é a ideologia que vai determinar a constituição dos enunciados proferidos pelos educadores sobre os processos de inclusão escolar, é, pois a partir da visão de mundo e dos valores considerados corretos por eles que o seu dizer se constitui, produzindo sentidos.

1.3.3 A condição do sujeito do discurso

Na obra de Brandão (2004) Foucault traça importantes considerações sobre a noção de sujeito que nos faz compreender o sentido de sua descentralização, para ele,

O sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso. (pág.35).

A partir das palavras desse autor podemos perceber que a condição do sujeito no discurso é provisória, pois pode ser ocupada por diferentes sujeitos no mesmo enunciado, sua importância é dada a partir das posições que ocupa nas formações ideológicas. Assim, num único enunciado pode estar presente a posição de mãe e de educadora. Ainda segundo ele o discurso é atravessado não pela unidade do sujeito, mas pela sua dispersão, dessa forma, diferentes indivíduos podem ocupar o lugar de sujeito no discurso, esses sujeitos não são donos de seus discursos, são, pois descentrados, assim se transformam em muitos porque faz parte de um corpo histórico-social, Cardoso, (2005:22).

Compreendendo a condição do sujeito como uma dispersão, sendo seus lugares ocupados por vários sujeitos fica evidente que “esse dizer não é propriedade particular de nenhum sujeito, porque as palavras não são só nossas, elas significam pela história e pela língua”, Orlandi(2009:32). Isso implica dizer que no discurso os sujeitos têm a falsa impressão de serem donos dos discursos que enunciam, no entanto, esses discursos se constituem historicamente por meio dessa dispersão, pertencem a história, e por isso podem ser enunciados por diferentes sujeitos e para que produzam sentidos é necessário que seja remetido a memória, ao interdiscurso, o já construído pela língua durante a história. Assim,

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado pela língua e, de outro pelo mundo, pelas suas experiências, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber /poder / dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (Orlandi, 2009:53)

Ao analisarmos os enunciados dos educadores é preciso remetê-los a história para que eles façam sentido, observando o que já foi dito por outros sujeitos. Deste modo, os discursos não podem ser analisados sem levar isso em consideração, contudo, ao remeter esses discursos a memória ocorre o assujeitamento ou a interpelação dos sujeitos, pois é no já construído, nas formações discursivas que as ideologias se fazem presente. Sobre isso ressalta Brandão (2004) que, “essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade, e ocupe seu lugar em uma dos grupos ou classes de uma determinada formação social,” tudo isso de forma inconsciente.

Em análise feita por Gregolin (2006) à obra Arqueologia do saber, a autora chama a nossa atenção para o fato de que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos

gramaticais, pois ele é historicamente determinado, o que faz com que não seja o mesmo de um enunciado a outro, e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos.

De forma geral, a condição do sujeito do discurso está ligado as formações ideológicas que ele ocupa nas formações discursivas, isso implica dizer, que para a análise do discurso o sujeito só é sujeito a partir das posições que ocupa no discurso. Esse sujeito é então interpelado pela ideologia, encontra-se descentrado podendo ocupar no discurso a posição de vários sujeitos, sendo por fim assujeitado por acreditar ser a origem do que diz. Por conseguinte, quando se empreende um trabalho de análise discursiva, o interesse do analista é com a posição que esses sujeitos ocupam na sociedade. Por exemplo, o nosso interesse em analisar os discursos dos educadores não é puramente para saber o que cada indivíduo pensa em particular sobre a inclusão escolar, e como ela está ocorrendo na escola, mas para analisarmos a partir das posições que eles ocupam na instituição escolar, em sua posição de educadores.

1.3.4 Considerações sobre enunciado e enunciação

Segundo Brandão (2004) ao definir discurso, Foucault (1969) estabelece uma separação entre a noção de enunciado e a de proposição e de frase, segundo ele o enunciado é unidade elementar para a formação de um discurso, sendo este composto de uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Foucault define o enunciado como sendo constituído por quatro características, a primeira diz respeito à relação do enunciado com seu correlato que ele chama de referencial, corresponde aquilo que o enunciado enuncia, a segunda característica diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito. O referencial em nosso caso seria o que os educadores dizem sobre a inclusão escolar.

A terceira característica corresponde à existência de um domínio, associado ao enunciado integrando-o a um conjunto de outros enunciados, já que ao contrário de uma frase ou proposição não existe enunciados isolados, no entanto, as frases podem ser isoladas. Sobre essa característica associamos que o que os educadores enunciam sobre a inclusão se relacionam com outros enunciados construídos historicamente. A quarta característica constitutiva do enunciado é aquela que o faz emergir como objeto, refere-se a sua condição material, para caracterizar essa materialidade, Foucault faz uma distinção entre enunciado e enunciação.

A enunciação corresponderia à produção de discurso sobre determinado tema, ocorre quando alguém emite um conjunto de signos, tem como marca a singularidade, pois não se

repete, em nosso caso, o que os educadores dizem sobre os processos de inclusão não é repetido da mesma forma por outros sujeitos, pois muda a posição de quem enuncia, as ideologias e o contexto histórico em que é produzido, pois a enunciação “é singular, irrepitível, sendo considerada um ato social, não mais individual, isso segundo as contribuições de Bakhtin, pois ao enunciar os sujeitos o faz sempre de um lugar ou de uma determinada posição sócio-histórica”. Brandão (2005:38).

Já o enunciado pode ser repetido e se refere à temática em discussão, podendo então ser discutido durante anos, contudo o que muda é a enunciação. Para Cardoso (2005) a noção de enunciado,

É um acontecimento único, mas aberto a repetição, à transformação, à reativação, é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente, está ligado não apenas a situações que o provocam e a conseqüências por ele ocasionadas, mas ha enunciados que o precedem e o seguem. É institucional, não sendo confundido com uma frase gramatical, período ou com um parágrafo de um texto, sempre se refere à sua formação discursiva (...) é uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam conteúdos concretos no tempo e no espaço. O sujeito de um enunciado é um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes. (pág.36-37).

Segundo essa autora o enunciado de um discurso pode ser repetido, mas nunca da mesma forma, eles podem ser renovados, reativados, remetidos a outros discursos, no entanto, para serem reconhecido como enunciados precisam se relacionar as posições estabelecidas institucionalmente, como a posição legitimada de professor, padre, neste sentido para que esses enunciados produzam sentidos eles precisam estar ligados as condições de produção do discurso.

1.3.5 As condições de produção do discurso.

A primeira definição empírica da noção de condições de produção foi feita por Pêcheux (1969). Este partiu do esquema informacional de Jakobson (1963). Pêcheux coloca em cena os protagonistas do discurso e seu referente, e procura definir as condições de produção do discurso a partir da ação das regras e normas que os interlocutores estabelecem entre si e dos lugares determinados que ocupam na estrutura de uma formação social, marcados por propriedades diferenciadas.

O que funciona no processo discursivo, segundo o autor é uma série de formações imaginárias que designam os lugares que os interlocutores atribuem a si mesmos, e ao outro.

A imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro, e a imagem que os interlocutores fazem do referente.

Essas condições de Produção, conforme ressalta Orlandi(2009) estão relacionadas ao que é material, o institucional e o mecanismo imaginário. Ao material de acordo com essa autora corresponde à língua sujeita a equívocos e a historicidade, o institucional é a formação social em sua ordem, o mecanismo imaginário se refere à produção de imagens criadas pelos sujeitos, além disso, se refere ao objeto do discurso, levando em consideração uma conjuntura sócio-histórica. Sendo necessário a presença de alguns elemento para que o discurso seja produzido de forma adequada, como “locutor, alocutário, referente, a forma de dizer, um contexto em sentido estrito e outro em sentido lato”,Cardoso(2005).

O locutor segundo Cardoso(2005) é aquele que diz, o alocutário aquele para quem se diz o que tem a dizer, ambos levam em consideração suas posições sócio-históricas, o referente corresponde ao que dizer, sendo determinado pelos sistemas semânticos de coerência e de restrições, os contextos em sentido estrito, e em sentido lato correspondem respectivamente, ao aqui e o agora do ato do discurso, e as determinações histórico-sociais, como também as instituições em que o discurso é produzido. Além disso, é importante também a determinação dos objetos, as escolhas temáticas e as modalidades enunciativas de um determinado discurso.

Contudo, as condições de produção do discurso para essa autora não devem ser entendidas apenas como sendo a situação empírica do discurso que está em jogo, mas como sua representação no imaginário histórico-social. No qual,

Os protagonistas do discurso (interlocutores) não devem ser considerados apenas como seres empíricos, mas também como representação de lugares determinados na estrutura social: o lugar de professor, de aluno, de político, de pai, de sacerdote. As relações entre esses lugares acham-se representadas no discurso por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar do outro, e a imagem que fazem do referente. O emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar as estratégias do discurso. Cardoso (2005:39).

A partir das palavras de Cardoso podemos perceber que as condições de produção do discurso devem levar em consideração as posições dos sujeitos da enunciação como sendo verdadeiras, para tanto, são representantes das ideologias que sua posição determina, e é isso que deve ser analisado. Assim ao analisar os discursos dos professores não o fazemos com o propósito de descobrir o que cada sujeito em particular pensa da temática em discussão, mas

entende-los na posição de professor, ouvindo esses educadores estabelecemos um diálogo com a instituição escolar e posteriormente com as ideologias que esta representa.

Outra questão que diz respeito às condições de produção discurso é a memória dos sujeitos, sendo definida como “aquilo que fala antes, em outro lugar, é o que chamamos de memória discursiva o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré- construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” Orlandi(2009:31).

Para que o discurso produza sentidos é necessário levar em consideração o que já foi construído sobre ele, de forma que ao analisarmos os discursos dos educadores com o objetivo de analisar as diferentes concepções sobre o que seja inclusão em suas visões nos apoiaremos em outros discursos que já foram construídos sobre essa temática, em outros já “ditos” que são retomados nas palavras desses educadores em suas memórias, a partir disso, podemos perceber que os discursos provêm de outros discursos, sendo a memória discursiva responsável por sua renovação.

Essa memória discursiva está relacionada segundo Orlandi(2009) ao que M.Pêcheux (1975) denomina de esquecimento do discurso. O esquecimento número dois é da ordem na enunciação, que corresponde ao que falamos, as escolhas que fazemos inconscientemente, nesse sentido, ao falarmos fazemos de uma maneira e não de outra, formando-se ao longo de nosso dizer famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Sobre isso segundo Orlandi, temos a impressão de termos consciência do que enunciamos.

No outro esquecimento, o número um, denominado de esquecimento ideológico, temos a impressão segundo essa autora, de ser a origem do que dizemos, no entanto, esse esquecimento retoma sentidos já construídos historicamente. Nestes dois esquecimentos, o sujeito do discurso acredita ter consciência do que diz e ser dono do discurso que produz, desse modo, poderíamos pensar que os professores não tem controle do que dizem em seus discursos sobre a inclusão escolar, e embora eles acreditem que são donos do que enunciam reside aí um engano, eles são apenas transmissores do já construído sobre a temática em discussão.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ao percebermos que o trabalho a ser realizado tinha como ponto central a interpretação, optamos pelo método indutivo por ser um tipo de método que abrange a interpretação como um de seus aparatos. Sendo assim, optamos como abordagem de análise a pesquisa qualitativa, por entendermos que nesse tipo de abordagem,

“o indivíduo adota uma visão alternativa da realidade social que enfatiza a importância da experiência subjetiva dos indivíduos na criação do mundo social,

dessa forma, a preocupação do pesquisador é com o entendimento da maneira pela qual o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo que se encontra”. (MOREIRA, 2006, p.44).

Através desse tipo de abordagem o pesquisador trabalha com a realidade dos sujeitos buscando em suas palavras, em seus gestos e atitudes compreender como se organizam na sociedade, constituindo-se a fonte de suas interpretações. Relacionando ao trabalho que se pretende realizar, analisar os discursos dos educadores, figura-se num trabalho em que a interpretação é o ponto principal do analista e que por meio dessa interpretação se instaura um trabalho de compreensão que mostra como essa temática está representada na escola.

Tendo em vista que o objeto a ser analisado é gerador de discursos diversos, divergindo de educador para educador, optamos pela entrevista estruturada e semi-estruturada, a partir desses instrumentos buscou-se coletar o corpus a ser analisado, os discursos desses professores, com o objetivo de analisar os sentidos da inclusão escolar. A opção por esses dois instrumentos é de fundamental importância para se chegar aos resultados finais, porque por meio da entrevista estruturada, sendo um instrumento em que as informações a serem dadas pelos entrevistados são objetivas e precisas podemos quantificar alguns dados que serão úteis para a constatação dos possíveis resultados. O uso da entrevista semi-estruturada é uma estratégia pertinente para o que se deseja alcançar, pois o entrevistador tem a vantagem de perceber como os entrevistados se portam diante das questões discutidas, observa os gestos, as impressões, que irão ajudá-lo em suas interpretações.

Para a realização dessa pesquisa contamos com a colaboração de treze educadoras, todas do sexo feminino que disponibilizaram um pouco do seu tempo para relatar sua experiência de ensino com os alunos com deficiências. São profissionais com idade entre 28 e 55 anos de idade, possuem experiência entre 5 e 29 anos, possuem formação em Letras Vernáculas e Pedagogia. Destes 45% possuem formação completa em Letras e 55% incompleta em Pedagogia, em sua grande maioria ensinam ou já ensinaram crianças com necessidades educacionais especiais, isso ajudou muito.

Para que pudéssemos ter um embasamento melhor na análise final dos dados procuramos ouvir os professores dos turnos matutino e vespertino, acompanhando algumas atividades da escola para poder observar a participação das crianças com deficiências nas atividades, como a participação em festas juninas, como também acompanhando-as na sala de atendimento especializado.

3. ANÁLISE DE DADOS

INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA ABELARDO CERQUEIRA: Uma abordagem reflexiva a partir do discurso docente

Esta pesquisa foi realizada na escola Municipal Abelardo Cerqueira, localizada na Rua Durval Gama, nº 368 no centro da cidade de Várzea do Poço do estado da Bahia. Atende alunos da zona rural e zona urbana, nos turnos matutino, vespertino e noturno, na modalidade

de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, e educação de Jovens e Adultos. Conta com o quadro de 13 professoras, 11 efetivas e 2 prestadoras de serviço. Dessas 45% possui formação completa em Letras Vernáculas e 53% incompleta em Pedagogia.

Oferece ainda no turno vespertino atendimento de reforço escolar para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Foi à primeira escola do município a receber alunos com Necessidades Educacionais Especiais, e abriga em seu quadro de alunos quantidade significativa de crianças com essas necessidades.

3.1 Diferentes concepções sobre a inclusão escolar

Para obtenção deste resultado foi realizado entrevistas estruturadas e semi - estruturadas com professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino, optando-se pela pesquisa qualitativa e pelo método indutivo, onde buscou-se analisar por meio do discurso os sentidos da inclusão escolar para esses educadores. A partir disso, empreendemos que para haver a inclusão na escola é necessário que ela se organize, realizando mudanças no currículo e formando os docentes. Além disso, que a inclusão deve ser pensada como ação a realizar-se em conjunto, levando em consideração o desenvolvimento do aluno como um todo, não só inseri-lo na escola, mas que ele contemple as possibilidades oferecidas pela educação, dentro de suas possibilidades.

Nesse sentido, quando questionamos os educadores sobre o que eles entendem por inclusão, apreendemos que as diferentes concepções de cada um é responsável por sua forma de agir nos processos de inclusão escolar, o que nos leva a perceber que o discurso do professor atua como uma direção que este estabelece com sua prática. As concepções apresentadas por eles evidenciam como as práticas inclusivas estão ocorrendo na escola, ou como não deveria ocorrer, suas definições estão relacionadas a vários fatores, como as ideologias que carregam, pouca experiência de ensino com o aluno com deficiência, comodismo de alguns frente aos desafios da inclusão, experiência boa ou ruim com esses alunos e até a falta de conhecimentos sobre o tema.

Temos assim a concepção de inclusão que aponta para a não inclusão, como podemos perceber no discurso dessa professora a escola pensa que inclui, mas na verdade ela apenas aceita o aluno com deficiência na escola, temos a definição de inclusão que mostra como ela está ocorrendo na escola,

“Bem eu acho que inclusão não é só aceitar o aluno na escola, só ali não está incluindo, não tá fazendo a inclusão do aluno (...) é colocar o aluno na escola como

se ele não se sentisse que é um deficiente, incluir, integrar com todos, como um aluno normal qualquer” (Jordânia em 30/05/2011).¹

O referido discurso dessa professora denuncia que a inclusão não ultrapassou as barreiras da aceitação, os alunos são bem recebidos pela escola, participam das atividades fora da sala de aula, como festas juninas, apresentações teatrais, no entanto, em nível de aprendizagem, de permanecer na sala regular isso já não é possível. Indo um pouco mais além ela acredita que o aluno com deficiência vai esquecer de sua condição, isso nos leva a pensar que o fato de ser deficiente incomoda o professor, levando-o a acreditar que se esse aluno se comportasse como uma criança “normal” seria mais fácil para todos. A questão da normalidade aparece na memória discursiva dessa professora como uma realidade construída historicamente pela escola, onde se criou um sistema de aceitação apenas dos alunos considerados “bons”, perfeitos que não exija muito esforço do professor.

Por outro lado, quando a professora diz que inclusão é “trazer, introduzir, buscar essas crianças com necessidades especiais pra sala de aula, porque eles precisam interagir com outras crianças, porque como é que eles vão construir o conhecimento sozinho, o conhecimento não é construído só.” (Ana Lúcia em 02/06/2011), ela revela como essa prática está ocorrendo na escola, o que nos leva a perceber por meio desse discurso que as crianças com deficiências estão na escola, mas fora da sala regular. Quando ela diz que essas crianças precisam interagir com outras crianças, poderíamos pensar que ainda não há essa interação.

Ela revela outra questão preocupante, quando diz que inclusão é “introduzir” essas crianças na sala de aula, isso nos remete historicamente as tentativas de estabelecer essa modalidade de atendimento nas escolas, onde quase sempre as crianças com deficiências são “introduzidas”, “jogadas” nas salas de aula como se fossem objetos. Além disso, essa educadora traz para o contexto a idéia do professor como o detentor do conhecimento. Mais a frente, percebemos uma concepção de inclusão contraditória que precisa ser pensada pelo enunciador, “inclusão é favorecer oportunidades pra quem está fora da sociedade, ou que se sente, ou se coloca fora do meio social”, (Gilvania em 07/06/2011), essa concepção de inclusão nos faz refletir sobre a posição do professor em relação a essa prática social, poderíamos pensar que esta apresenta uma postura distanciada, como se não tivesse nada a ver com isso, desconsidera sua função de educadora.

Quando diz que inclusão é favorecer oportunidades pra que está fora da sociedade, poderíamos nos questionar sobre quem vai favorecer essas oportunidades, quando ela enuncia

¹ A pedido das entrevistadas seus nomes não serão revelados. A denominação que segue é fictícia.

que essas oportunidades são para os que se “sentem” ou se “colocam” fora do meio social, reside aí uma enorme contradição que dá a entender que a deficiência é uma questão de escolha, quando sabemos que não é. Essa professora apresenta uma visão de inclusão que considera que são os outros que devem realizá-la, uma posição de omissão diante de sua condição de educadora.

Percebemos também que ainda reside a concepção de inclusão ligada às classes especiais,

“inclusão na verdade é assim, você está inserido naquele processo educacional, ter um espaço reservado pra eles onde eles pudessem realmente aprender e tivesse a convivência com os colegas, isso pra mim é inclusão, não eles estarem numa sala junto com os meninos, eu acho que esse espaço que eles tem de aprendizagem é diferenciado. Inclusão é você estar naquela escola, naquele espaço, na hora do intervalo, na hora da merenda, na hora das atividades, eles estarem junto com os colegas, mas em salas especiais. Eles estarem na sala comum eu acho que isso não é bom pra eles. É estar junto com todos na sua diferença, mas numa sala só para eles e na hora que todo mundo estivesse junto eles estariam também, nos recreios, festa...” (Paloma em 30/05/2011).

Essa concepção de inclusão nos faz lembrar o contexto histórico da educação especial, em que os alunos com deficiências estavam de algum modo inseridos na escola, porém isolados, tendo que estudar em salas separadas, essa forma de pensar estabelece uma inclusão apenas pelo contato.

Temos também a concepção de inclusão relacionada ao cuidado, ao carinho, em que predomina um discurso em que o educador se coloca na posição de mãe, como se esse aluno necessitasse apenas de cuidado, não de aprendizagem.

Inclusão pra mim é você ter que saber lidar com as crianças especiais, essas crianças precisam de nosso apóio, de carinho, você não pode considerar elas ninguém, você tem que cuidar delas com carinho, não também assim por ser especial tratar ela como coitadinho, porque ela é especial, tratar normal como qualquer outra, só uma parte mais especial que as normais.... (Priscila em 02/06/2011).

A partir do discurso dessa educadora podemos perceber que ainda há o predomínio de associar a deficiência à doença, ao cuidado, carinho, a proteção, o que nos chama atenção é que em nenhum momento ela associa inclusão à aprendizagem desse aluno na sala regular. Isso mostra que os discursos desses professores estão tão enraizados nos espaços escolares que eles não se dão conta de que a inclusão está ligada a sala regular, por outro lado, não é porque os alunos são bem aceitos na escola, ou porque a escola tem uma sala de atendimento especializado, rampas de acesso e banheiro adaptado que está havendo a inclusão, mesmo porque as mudanças na escola são conseqüências das necessidades dos sujeitos que a constituem.

Por último temos a concepção de inclusão ligada à prática social, que deve envolver o aluno com deficiência em todos os espaços sociais,

Inclusão é o envolvimento de todo tipo de aluno, a participação no social, como participar da comunidade, a inclusão é todos juntos, formar uma família, todos participando, envolver em tudo, essa inclusão deve ocorrer na sala comum”(Jucélia em 01/06/2011), “inclusão pra mim é não deixar ninguém de fora, da igreja, da escola, de qualquer outro lugar, excluído.(Fernanda em 03/06/2011).

Essa concepção de inclusão está ligada ao envolvimento desse aluno em todas as atividades da escola e em toda a sociedade, onde todos se ajudam com o propósito de ajudá-los a se desenvolverem, se defenderem e a interagir com as outras crianças, formá-lo não só para a escola, mas para a vida, esse educador situa a inclusão como prática de envolver os alunos em todos os espaços sociais.

As diferentes concepções sobre a inclusão enunciadas por esses educadores em seus discursos fazem parte do cotidiano da escola, e de alguma forma orienta suas ações, pois a partir do momento que esses discursos são internalizados na mentalidade de cada educador atua como guia de suas práticas.

3.2 Formação de professor na perspectiva da inclusão escolar

Com a aplicação do questionário 86% dos educadores entrevistados consideram que não são capacitados para ensinar alunos com deficiência, pois não tiveram formação para isso. Dessa forma, a formação de professor na visão desses educadores surge como a maior dificuldade para se promover a inclusão escolar, e também é vista como a saída para a concretização dessa inclusão. Mas afinal, o que seria a formação para se trabalhar com as crianças com deficiências, o que eles esperam dessa formação, e ainda o que se esconde por traz dos discursos proferidos por esses educadores em relação a essa formação? Quando questionados se eles se consideram capacitados para ensinar esses alunos, suas respostas foram às seguintes:

“Não, não, é como falei e repito ensino da maneira que eu acho correta e que eu não sei se é correta, é preciso que os professores tivessem uma preparação especial para trabalhar com esses alunos, eu nunca fui preparada para ensinar esses alunos, trabalho da forma que eu acho que seja correta, agora se é correta eu não sei.” (Jordânia em 30/05/2011). “Eu não, eu não tenho formação nenhuma, eu tento fazer a minha parte, mas não tenho métodos de como ensinar, de que forma eu posso fazer para ele aprender um pouco, o professor precisa ter carinho por esses alunos e aceitar, e isso eu tento fazer.” (Fernanda em 03/06/2011). “Não, eu ensinei, acho que não fiz um bom trabalho, deixa muito a desejar, eles precisam de uma atenção

especial, de sentar, de ouvir, de mais tempo. Você percebe que não estar fazendo um bom trabalho, você quer fazer mais, mas não sabe o que fazer e como fazer.” (Paloma em 30/05/2011).

A partir desses enunciados evidencia-se a angústia do professor frente a uma situação que o assusta, esses profissionais se consideram despreparados, sem nenhum conhecimento sobre como ensinar a criança com deficiência, podemos perceber nesses discursos a idéia de separação entre os conhecimentos que esses professores já possuem e a aquisição de novos conhecimentos para ensinar as crianças com deficiências, como se a inclusão e o ensino regular não fizessem parte do mesmo processo, atuassem separados, nesse sentido, o professor se coloca na condição de ser incapaz de ensinar o aluno com deficiência.

“O professor não tem preparo para lidar com essas crianças, o preparo ainda é pouco, o que a gente sabe é muito pouco, nós precisamos de formação continuada para ensinar esses alunos, a formação tem que ser para todos os professores.” (Ana Lúcia em 02/06/2011). “Não, não. É preciso uma formação continuada para os professores, pois sozinhos não temos como fazer nada, e até acontecer essa formação o professor pode dedicar seu amor, carinho e atenção para esses alunos.” (Gilvania em 07/06/2011). “Na forma inclusiva de envolver ele em tudo sim, só que eu como professora queria mais, muito mais.” (Jucélia em 01/06/2011).

Por outro lado, fica evidente a falta de empenho da escola em promover a inclusão, em preparar-se para receber os alunos, pelo menos, passar para os educadores conhecimentos básicos que irão auxiliá-los na sala de aula com esse aluno, no entanto, o que ocorre é o professor realizar um trabalho sem estrutura, sem saber o que está fazendo, realizando-o de forma inconsciente. Dessa forma, segundo os discursos desses professores a formação para ensinar a criança com deficiência deveria alcançar várias etapas, desde a apresentação desse aluno para o professor até lhe ensinar passo a passo como proceder na sala de aula com ele. Percebe-se também que o discurso da não formação funciona como uma justificativa dos educadores frente a esse novo desafio que o aflige, o que nos faz pensar que por traz desse discurso pode se esconder a acomodação desses educadores diante das barreiras que terão que vencer para incluir esses alunos.

3.3 Considerações dos educadores sobre a escola como sendo inclusiva

Ao questionarmos os educadores sobre se a escola é inclusiva ou não, 93% consideraram que sim, no entanto, a partir do discurso desses mesmos professores percebemos que há uma contradição em suas opiniões,

O! ela falta muito para incluir, porque nós não temos profissionais que nos ajude, como psicólogos, pedagogos e psiquiatras (Ana Lúcia em 02/06/2011). “Na verdade escola nenhuma é inclusiva, todas elas estão precisando de reforço para promover essa inclusão (Jordânia em 30/05/2011). “De certa forma, porque tem aluno que tem necessidade que tá lá, agora deixa a desejar por não ter professores formados e o espaço não é adequado” (Fernanda em 04/06/2011). “Eu considero porque aceita essas matriculas, porque tem certa quantidade de alunos com deficiência, estruturas para receber esses alunos, fizeram rampas para acesso, receberam jogos, materiais, mas nas salas comuns não tem e não tem como ter.”(Gilvania em 07/06/2011).“Considero, apesar dos recursos serem poucos, do espaço físico ser inapropriado, Porque as crianças que já estudam a gente vê a felicidade, e a gente percebe essa inclusão na hora da merenda, nas atividades comemorativas, eles não são rejeitados de jeito nenhum.”(Paloma em 30/05/2011). “O, considero, embora alguns professores se mostrem distantes dessa inclusão, mas não são todos, ela recebe bem esses alunos, falta espaço, estrutura, embora já tenha uma mini-sala de recursos com jogos, computadores”.(Priscila em 02/06/2011). “É inclusiva porque agora está funcionando uma mini-sala de recursos, e essas crianças já estão nas salas regulares, só que não tem um trabalho voltado pra eles na sala regular.” (Carla em 01/06/2011).

A partir dos discursos desses professores dá a entender que eles não têm uma visão clara do que seja uma escola inclusiva. Atribuem a categoria de escola inclusiva ao fato da escola receber os alunos com deficiências, e estes serem bem aceitos pelos professores e pelos colegas, mas poderíamos nos questionar, será que a escola aceitar esses alunos não é um fato normal, já que todos têm direito a educação. Essa forma de pensar nos remete ao contexto histórico da educação especial, onde essas crianças não eram aceitas pela escola, daí a associação de escola inclusiva como sendo a que recebe esses alunos, isso nos leva a crer que “o dizer não é propriedade particular de nenhum sujeito, porque as palavras não são só nossas, elas significam pela história e pela língua”, Orlandi(2009).

Desse modo, e tendo como base as palavras dessa autora, constatamos que as concepções dos educadores sobre a escola inclusiva como sendo a que recebe os alunos com deficiências é uma definição que perdura na história, e embora esses professores acreditem que são discursos criados por eles, são, pois legitimados pela instituição escolar. Por outro lado, quando eles associam escola inclusiva a atendimento especializado, é como se isentassem da responsabilidade de contribuir na educação da pessoa com deficiência, pois o fato de ter uma sala de atendimento especializado na escola é uma forma de ajudar no desenvolvimento dessas crianças, não garantindo que só por isso a escola seja inclusiva, muitas vezes, poderá gerar um ambiente de exclusão, transformando-a em salas especiais.

3.4 Níveis e modalidades de inclusão escolar

É interessante se perceber que o atendimento inclusivo se subdivide em níveis que faz com que o verdadeiro propósito desse tipo de atendimento educacional seja desviado para outras dimensões, como podemos notar nos discursos dos educadores a inclusão na escola está ocorrendo da seguinte forma:

A inclusão está no nível de introdução, de buscar, de trazer esses alunos para estarem na escola, (Ana Lúcia em 02/06/2011) e ainda, as escolas estão incluindo socialmente, mas na parte da aprendizagem ela está totalmente despreparada, na parte física por exemplo já se fez alguma coisa, como a construção de rampas de acesso, banheiro adaptado, mas a parte principal está faltando, é a preparação dos professores para lidar com esses alunos. (Jordânia em 30/05/2011).

Quer dizer, as crianças estão na escola, são bem aceitas pelas outras crianças e pelos professores, mas quando a questão se refere a sua permanência na sala regular as dificuldades são grandes, pois os professores não sabem o que fazer com esses alunos, não têm estratégias de como ensiná-los e atendê-los, tendo muitas vezes que escolher quem ensinar, e o que predomina nesse caso, é a criança com deficiência não conseguir acompanhar os métodos utilizados por esse professor.

Por conseguinte, quando se referem à inclusão como uma prática que está no nível da introdução, de buscar, de trazer esses alunos para a escola, é como se toda afirmação da escola como sendo inclusiva não fosse verdadeira que a inclusão se estacionou nisso, de trazer esses alunos para a escola e pronto, no entanto, a inclusão escolar de fato deve oferecer muito mais que isso, pois estar na escola por estar não faz muito sentido, é preciso que essas crianças façam parte de todos os processos da educação, não só participar de atividades fora da sala regular. De forma geral, a inclusão na escola está no nível da aceitação e do contato com a escola.

3.5 Planejamento escolar como estratégia de inclusão escolar

No planejamento escolar, que ocorre quinzenalmente os professores se reúnem para o planejar as atividades que serão desenvolvidas na unidade, no entanto, não há uma preocupação em se planejar atividades voltadas para as crianças com deficiências, a verdade é que no planejamento não há nenhuma discussão sobre isso.

Quando percebemos que planejar o que vai ensinar e como ensinar deve ser um dos princípios para o ensino de qualidade, isso implica dizer, que para haver inclusão é necessário um conjunto de ações, e o posicionamento de toda a escola. Esse posicionamento pressupõe, além de outras etapas, planejar, incorporar no planejamento escolar discussões e a elaboração

de atividades que privilegie as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, a partir dos discursos dos professores observamos um modelo de ensino em que a escola se diz inclusiva, mas não há discussões voltadas para o atendimento dessas crianças. Ao serem questionados se a inclusão é discutida no planejamento escolar, 57% responderam que não,

Não, eu acho que precisa ter, sabe por que, porque não se discute nem como a gente deve trabalhar com esse aluno, a gente nem sabe como lidar com esse aluno, só diz assim, tem que haver inclusão, mas ninguém diz é assim, a gente nem sabe que aquele aluno tem deficiência. (Fernanda em 04/06/2011). “Já houve algumas palestras, mas o que aconteceu em colocar em prática isso não houve, na acc nunca houve preocupação em planejar atividades, o que acontecia era a gente relatar as dificuldades da escola”. (Gilvania em 07/06/2011)

A partir desses discursos o que fica é que a inclusão escolar parece está associada a uma ação sem muita relevância, nos reportando a importância dada a essa modalidade de ensino durante sua constituição histórica, o que nos faz pensar que a escola está incluindo superficialmente, e isso representa um problema que se refere não só a escola em questão, mas é a realidade de muitas escolas brasileiras.

O que fica é que a escola mesmo se dizendo inclusiva não se posiciona como tal, “discute, mas não diretamente, nunca paramos para fazer isso” (Priscila em 02/06/2011), “tem, às vezes tem, tem um tempo que houve uma reunião, mas as pessoas que estão ali também estão buscando ajuda, pedem nossa ajuda, mas a gente não sabe como ajudar.” (Jordânia em 30/05/2011).

A partir dos discursos desses educadores e levando em consideração o problema da pesquisa, que busca responder quais as concepções dos educadores sobre os processos de inclusão escolar, e em que medida os sentidos que são construídos nesses processos se materializam em discurso, influenciando, ou não a dinâmica da escola, constatamos que a inclusão encontra-se no nível da aceitação, de trazer esses alunos para a escola, estes participam de todas as atividades, mas quando a questão é na sala regular não conseguem se desenvolver, dessa forma, a inclusão se limita apenas na aceitação desses alunos nos espaços escolares.

Quando a questão é sobre as concepções desses educadores sobre a inclusão, percebemos que ainda predomina na escola a concepção de inclusão ligada às classes especiais, onde o aluno participa de todas as atividades da escola, mas no momento da aprendizagem deve ficar separado dos demais, uma inclusão apenas pelo contato. Temos a concepção de inclusão em que o professor se considera distante do processo de inclusão, a

que considera a inclusão como uma prática ligada ao carinho, cuidado, e a inclusão como prática social em que esse aluno deve participar de todas as atividades.

Mas o que nos chama atenção é que em nenhum momento esses professores associam inclusão à sala regular, a aprendizagem desses alunos, é como se eles se isentassem dessa tarefa, e que estes alunos estarem na sala regular pressupõe trabalho, mudança de postura, de rever-se, de buscar novos conhecimentos. A partir dessas concepções observamos como essa problemática estacionou no tempo, o que nos leva a crê que a escola não evoluiu, mesmo com algumas mudanças em sua estrutura, o contexto das escolas especiais ainda perdura nos muros dessa instituição.

Percebemos também que os educadores acreditam que a escola é inclusiva porque tem alunos com deficiência na escola e eles são bem recebidos, associando também ao atendimento especializado, essa forma de pensar é contraditória, pois esses alunos estarem na escola é condição imprescindível para ocorrer à inclusão, e o atendimento especializado é uma forma de ajudá-los nesse processo, não garantindo que só por isso a escola seja inclusiva. Outra questão preocupante é que a escola se diz inclusiva, mas não se discute sobre essa inclusão no planejamento escolar, o que nos faz pensar que essa instituição como um espaço de interação social deveria ter como base o diálogo entre os sujeitos.

A formação do professor aparece como o maior problema em se realizar a inclusão, no entanto, observamos que por meio desse discurso pode estar presente à acomodação desses educadores frente à problemática em questão, em relação a isso é importante que esses professores sejam capacitados para ensinar esses alunos, mas essa formação sozinha pode não resolver, pois a inclusão pressupõe um conjunto de ações, o envolvimento de todos, além disso, ela pode demorar, e os alunos estão na escola e aí? O que nos faz pensar que se o professor não ir fazendo o que ele pode, construindo suas ferramentas de trabalho, “arregaçar” as mangas, se tornar um professor pesquisador ele não conseguirá ajudar a criança com deficiência, e se ajudar também. Quando se fala em professor pesquisador é importante que se compreenda que esse profissional é o que se torna responsável por sua formação, que faz o possível para resolver as questões que o preocupam e não se acomoda diante das dificuldades em seu trabalho.

Em relação à importância da inclusão todos os educadores a consideram de extrema importância, pois as crianças devem aprender desde cedo a respeitar as diferenças do outro, rompendo com preconceitos e estereótipos. Estando na escola essas crianças aprenderão a se desenvolver como pessoas, interagindo e se descobrindo como sujeitos, além de mostrar para a sociedade que são capazes de realizar muitas coisas.

No entanto, mesmo considerando a inclusão como uma poderosa prática, ela está distante de acontecer porque de um lado observamos nos discursos dos professores que a escola é inclusiva, mas que na prática essa inclusão se limita apenas em receber esses alunos na escola, uma inclusão apenas pelo contato, onde não se discute no planejamento escolar, como se a inclusão fosse apenas da ordem da teoria, se constituindo em prática apenas em seus discursos. Por outro lado, as diferentes visões e concepções desses educadores sobre a inclusão ao se materializar em seus discursos ganham vida nos espaços da escola, atuando como parâmetros de suas práticas, de modo que ao enunciá-los esses educadores não só defendem pontos de vistas, mas delimitam suas ações. Por meio dessa materialização esses educadores influenciam toda a rotina da escola, defendendo o que pensam, buscando tornando-lo real.

. Contudo, a inclusão de fato só vai ocorrer quando houver o posicionamento de todos, cada um fazendo a sua parte, não ficar esperando apenas pelos recursos tecnológicos, ou por formação docente, pois enquanto esses professores não descobrirem que a inclusão é um caminho a ser construído por eles, ela nunca vai acontecer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente estudo, que teve como objetivo analisar por meio do discurso os sentidos da inclusão escolar para os educadores do ensino fundamental procuramos mostrar como a temática da inclusão escolar foi construída ao longo da história,

passando do atendimento em escolas e salas especiais para a integração e por fim a inclusão escolar. E também como ela é discutida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde analisamos como esse documento concebe a educação especial e como ela deve ser desenvolvida na escola. Para tanto, no primeiro capítulo discutimos sobre os principais conceitos da análise do discurso pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa. Assim nos estudos sobre a constituição dos sentidos destacamos que os sentidos são determinados a partir das posições ocupadas pelos sujeitos nas formações discursivas, sendo a condição do sujeito determinada pelas posições que ele ocupa na sociedade.

Em momento algum tivemos como propósito apontar falhas da escola em relação à inclusão escolar, pelo contrário, buscamos analisar os discursos dos professores para compreender melhor como essa temática se apresenta no contexto atual, observando seus avanços e como os professores se situam diante desse desafio.

Assim, analisamos no terceiro capítulo os discursos dos professores, procurando observar as diferentes concepções sobre a inclusão escolar, como ela aparece nas discussões da escola, em que níveis ela se apresenta, sendo segundo eles a maior dificuldade em se realizar a inclusão, a falta de formação docente.

Para tanto, podemos constatar a partir do estudo realizado que há poucas discussões na escola sobre a inclusão escolar, o que nos leva a crer que a escola como um local de interação social, deveria se constituir como um espaço em que o diálogo estivesse sempre presente. Notamos também um campo docente passivo frente à constatação de não ter formação para ensinar os alunos com deficiências, usando da não formação como justificativa para os resultados negativos atribuídos a essa prática de atendimento escolar.

Por conseguinte, observamos que as diferentes concepções apresentadas pelos educadores sobre a inclusão escolar como sendo uma prática voltada para o atendimento especializado, ou como atendimento a ser ofertado em salas especiais denuncia a ausência de um trabalho desenvolvido em conjunto. Quanto à afirmação da escola como uma instituição inclusiva na concepção dos educadores, percebe-se que há uma enorme contradição sobre isso, pois de um lado não há profissionais capacitados para ensinar esses alunos, de outro, não existe discussões sobre essa inclusão, então a escola não é inclusiva, o que há é uma tentativa de incluir.

Dessa forma, os discursos trazidos por esses professores ainda estão ligados ao contexto histórico da educação especial, e de alguma forma influencia suas práticas, constituindo-se como uma modalidade de atendimento baseado na aceitação, uma inclusão apenas pelo contato, estando no nível de introdução, de trazer os alunos para a escola.

Diante de tudo isso é necessário que a escola reflita sobre sua posição como sendo uma escola inclusiva, realizando um trabalho de conscientização e mudando seu currículo para incorporar prática voltada para as crianças com deficiências. Seria interessante que todos os professores se envolvessem com essa causa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Ramos Martins- [et al] organizadores. **Inclusão: Compartilhando Saberes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP,1998.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, FALÉ-UFMG, 2005.

COREGNATO, Rita Catalina Aquino. **Pesquisa Qualitativa: análise do discurso versus Análise de conteúdo**. Rio Grande do Sul: UFRG, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso no dia: 18/04/2011.

Declaração de Salamanca: Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais: Conferência Mundial de Educação, junho de 1994. Disponível em: portal. Mec. gov. br/seesp/arquivos/pdf/salamanca. Acesso no dia: 12/04/2011.

FICHER, Rosa Maria Bueno. **Cadernos de Pesquisa. Foucault e a análise do discurso em educação**. São Paulo: número 114, 2001. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso no dia 20/04/2011.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2003.

GREGOLIN, Maria Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e Educação Especial**. Uberlândia, Minas Gerais: UNIMEP, 2003. Disponível em HTTP. [www. histedbr.fae. Unicamp.br/Acer_ histedbr/GT6/](http://www.histedbr.fae.Unicamp.br/Acer_histedbr/GT6/). Acesso: 20/03/2011, PDF.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8ª edição, Campinas, São Paulo: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. Campinas São Paulo: Cortez, 2000.

Políticas Organizativas e Curriculares; **educação inclusiva e formação de professores**. Organizadores, Dalva E. Gonçalves Rosa, Vanilton Camilo de Souza, Alfredo Veiga Neto... [et al] Rio de Janeiro: DP&A, 2002

QUEIROZ, Cristina Maria de. **Configuração teórica da Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa**. Disponível em: www.webartigos.com/Acesso. Acesso no dia: 28/03/2011.

SILVA, Luciene Maria Da. **Diferenças negadas: o preconceito aos estudantes com deficiência visual**. Salvador: EDUNEB, 2009.

STAINBACK, Susan/ Willian Stainback. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

6. ANEXOS

Entrevista estruturada

NOME _____

ESCOLARIDADE _____

ANOS DE ATUAÇÃO _____ IDADE _____

EFETIVO ()

SÉRIE QUE LECIONA _____ TOTAL DE ALUNOS _____

DATA _____

***SIGLA: NEE= NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL (aluno que apresenta deficiências)**

1) VOCE CONSIDERA IMPORTANTE TER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA? COMENTE.

() SIM

() NÃO

2) NO SEU ENTENDER A ESCOLA ABELARDO CERQUEIRA É INCLUSIVA? JUSTIFIQUE.

() SIM

() NÃO

3) A ESCOLA OFERECE ESTRUTURA PARA RECEBER E ATENDER OS ALUNOS COM (NEE)? DÊ EXEMPLOS.

() SIM

() NÃO

4) A ESCOLA ENFRENTA DIFICULDADES NESSE PROCESSO DE INCLUSÃO? SE SUA RESPOSTA FOR SIM CITA ALGUMAS DESSAS DIFICULDADES.

() SIM

() NÃO

5) EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM, VOCÊ ACREDITA QUE O ALUNO COM NECESSIDADE EDUCACIONAL É CAPAZ DE APRENDER E SE DESENVOLVER ESTANDO NA ESCOLA? COMENTE.

() SIM

() NÃO

6) VOCÊ SE CONSIDERA PREPARADA PARA ENSINAR O ALUNO COM (NEE)?
COMENTE

() SIM

() NÃO

7) A CONVIVÊNCIA DO ALUNO COM NECESSIDADE EDUCACIONAL COM OS
OUTROS ALUNOS DA ESCOLA É BOA? EXEMPLIFIQUE.

() SIM

() NÃO

8) TER UM ALUNO COM (NEE) NA TURMA DIFICULTA A ROTINA COM OS
OUTROS ALUNOS?COMENTE.

() SIM

() NÃO

9) HA DISCURSSÕES SOBRE A INCLUSÃO NO PLANEJAMENTO ESCOLAR
(AC)? COMENTE.

() SIM

() NÃO

10)A SALA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO CONTRIBUI PARA A
INTEGRAÇÃO DO ALUNO COM (NEE) NAS TURMAS REGULARES?
JUSTIFIQUE.

() SIM

() NÃO

Entrevista semi-estruturada

1. O que é inclusão pra você?

2. A escola Abelardo é uma escola inclusiva?
3. Você se considera capacitada para ensinar os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)?
4. Como o educador deve agir com esse tipo de aluno?
5. Ter alunos com NEE dificulta a rotina com os outros alunos?
6. Como a inclusão é discutida no planejamento escolar? (Accs, reuniões, projetos)
7. Qual a contribuição da sala de recursos para a aprendizagem dos alunos com NEE quando eles estão na sala regular?
8. Qual seria a melhor forma de promover a inclusão na escola?
9. E você, como educadora o que pode fazer para contribuir no processo de inclusão?
10. Qual a importância e os benefícios da inclusão para a formação de uma sociedade justa?

Transcrição da entrevista semi-estruturada²

Entrevista 1

² Foram transcritas apenas as entrevistas consideradas satisfatórias para a análise de dados.

1- É trazer, introduzir, buscar essas crianças com necessidades especiais pra sala de aula, porque eles precisam interagir com outras crianças, porque como é que eles vão construir o conhecimento sozinho, o conhecimento não é construído só, não é? / isso ajuda também a recuperar a auto estima deles, não se sentir assim, separado do meio social secundário que é a escola.(Ana Lúcia em 02/06/2011).

(comentário do entrevistador) mesmo porque a escola não é só aquele espaço pra aprender, a criança interage também.

Professora Ana Lúcia. A escola tem o papel de formar cidadãos, e que cidadão é esse que a gente ta formando se agente excluir, né não?

2- **Ana Lúcia.** O! Ela falta muito para incluir, pra chegar lá. Porque nós não temos profissionais que nos ajude, como psicólogos, pedagogos, psiquiatras, e até mesmo a coordenação está participando do processo de formação, que é a Plataforma Freire, porque, tanto coordenação, como nós professores só temos o nível um, então nós não somos capazes pra isso tudo não, eu acho que ainda falta muito, o que agente conhece é pouco, agente tem buscado incluir esses alunos que eles não podem ficar excluídos, mas ainda falta é muito, nós temos consciência disso, nós precisamos de formação continuada para lidar com esses portadores de necessidades especiais.

Essa inclusão esta no nível de introdução, de buscar, de trazer esses alunos para estarem na escola.

(comentário entrevistador) quer dizer, os alunos estão na escola, mas.....

Ana Lúcia. O professor não tem preparo para lidar com essas crianças, o preparo ainda é pouco, o que a gente sabe é muito pouco, nós precisamos de formação continuada para ensinar esses alunos.

3-**Ana Lúcia.** Não, com toda sinceridade eu lhe respondo que não, eu estou buscando, mas ainda falta é muito, eu estou fazendo o possível, eu tenho feito o que uma mãe faria por um filho, estou buscando incluir esse aluno, agora mesmo estou participando de uma quadrilha, empurrando a cadeirinha de roda, pra ajudar ele, para incluir, nós fazemos o possível para incluir esses alunos nesse grupo secundário que é a escola, eu to buscando incluir esse aluno, ainda.

(comentário entrevistador) mesmo porque o professor não pode ficar esperando essa formação.

Ana Lúcia. É verdade, e o que nós podemos fazer nós estamos fazendo.

4-Ana Lúcia. O primeiro passo, eu acho que é procurar a professora da sala de recursos pra saber como lidar com eles, qual o processo que faço para saber como promover a aprendizagem desse aluno, ver como estão no nível da aprendizagem, isso no caso de Kleiton, portador de necessidade física, agora com deficiente psiquiátrico, aí eu não sei, nem mesmo a professora que tomou curso sabe como lidar com esse aluno.

5-Ana Lúcia. Vai depender do tipo de necessidade educacional especial, a experiência que tive com Kleiton não dificultou de forma nenhuma, ele é muito querido pela escola. Ele surpreende a gente.

6-Ana Lúcia. Eu acho que isso é um dos aspectos que dificulta aqui na escola, nós não temos pessoas capacitadas para lidar com essas pessoas, a coordenação não tem formação, os professores também não tem, nós precisamos de alguém para nos orientar e promover a INCLUSÃO de verdade mesmo.

7-Ana Lúcia. Não sei.

8-Ana Lúcia. Deveria fazer um curso de formação continuada para fazer um trabalho melhor para esses alunos.

(comentário do entrevistador) e enquanto essa formação não chega o que você pode fazer?

Ana Lúcia. Olhe, nós temos feito o possível, o que a gente pode, inclusão totalmente não existe, a gente sabe disso, agente procura incluir, mas a coisa de fato não está acontecendo.

9-Ana Lúcia. Eu procuro fazer o que de melhor eu posso fazer na escola, procurando incluir esses alunos até na questão das festas tradicionais, como quadrilhas, dia das mães, natal. Necessidade especial não é só do físico, do psicológico, do psiquiátrico, temos também a deficiência da aprendizagem.

10-Ana Lúcia. Com certeza, uma sociedade mais humana, mais amorosa em relação a essas pessoas com necessidades educacionais especiais. Hoje conseguimos muitos avanços na questão da inclusão.

Entrevista 2

1- Professora Jucélia. Envolvimento de todo tipo de aluno, a participação no social, como participar da comunidade, a inclusão é todos juntos, formar uma família, todos participando, todos ajudando, envolver em tudo, essa inclusão deve ocorrer na sala comum.

2-Jucélia. Demais, tanto por parte do professor, como por parte dos alunos, eu acho, todos colaboram, trata como normal, acolhe o aluno. (em 01/06/2011).

(comentário do entrevistador) E em relação a aprendizagem?

Jucélia. O! Conseguir tá conseguindo, agora nós professores por não termos experiência, não temos aquela aprendizagem com cursos, eles aprendem, mas eu mesma queria mais, muito mais, queria ter mais subsídios para eles alcançarem.

3- Jucélia. Na forma inclusiva de envolver ele em tudo, sim, só que eu como professora queria mais, muito mais. A formação tem que ser para todos os professores... Dá medo de não conseguir.

4-Jucélia. Pra mim o melhor caminho ainda é a afetividade, mesmo você não tendo conhecimentos, pela afetividade você pode fazer alguma coisa, devagar você vai descobrir uma forma de ensinar esse aluno.

5-Jucélia. Não, Porque na verdade a deficiência maior na escola é leitura e escrita, ele conseguindo isso já é bom.

6- Jucélia. Há essa grande preocupação por parte de todos, a secretária da escola, tem em todos os aspectos, a preocupação é grande, nas tarefas, se ta incluindo eles.

7- Jucélia. Contribui, contribui, e eles gostam, ajuda bastante, eu acho ótimo desde que as duas salas trabalhem juntas.

(comentário entrevistador) Mesmo porque a inclusão deve ocorrer na sala regular.

8- Jucélia. Eu ainda vou pelo emocional, é tratar da melhor forma possível, mas que ele não perceba, por que eles percebem tudo.

9- Jucélia. Aceitação e se dá ao máximo, fazer o possível nunca dizer que não vai conseguir e passar insegurança para o aluno.

10-Jucélia. Benefícios eu acho que sim, em incluir eles em tudo, na escola eles vão aprender sobre os direitos que eles têm, isso é muito importante. A importância que eu quero no futuro é que a sociedade os veja com outros olhos, pois eles são muito capazes, e até mais capazes que outros considerados normais.

Entrevista 3

1. Professora Fernanda. Inclusão já ta dizendo é incluir, pra mim é não deixar ninguém de fora, da igreja da escola de qualquer outro lugar, excluído. Eu acho certo que eles estejam junto com todos, eles não podem ficar isolado dos outros, tem pessoas que acham que o aluno com deficiência não tem capacidade, eles não podem ficar de fora da sala regular.(em 01/06/2011).

2. Fernanda. De certa forma, porque tem aluno que tem necessidade que tá lá, agora deixa a desejar por não ter professores formados e o espaço não é adequado. Não é totalmente inclusiva, falta mais espaços e pessoas preparadas para ensinar esses alunos.

3. Fernanda. Eu não, eu não tenho formação nenhuma, eu tento fazer minha parte, mas não tenho métodos de como ensinar, de que forma eu posso fazer para ele aprender um pouco, o professor precisa ter carinho por esses alunos e aceitar, e isso eu tento fazer.

(comentário entrevistador) Mesmo que ele não aprenda a ler e escrever, maior cobrança do ensino regular, ele desenvolve outras habilidades.

Fernanda. É, quando eu levo ele para sala de computação, mesmo sem ter noção, mas quando mexe que sai alguma coisa, ele fica feliz, isso é bom.

4. Fernanda. Eu faço dessa forma, pelo menos ter respeito, carinho, tratar bem, pra ele não se sentir rejeitado lá no canto, porque se deixar, não faz nada, pelo menos isso eu posso fazer.

5. Fernanda. No início dificultava, hoje não tem mais problema não, não dificulta não porque os meninos já sabem, eu coloco ele junto de mim, eu consegui conquistar ele, eu procuro ocupar ele.

6. Fernanda. Não, eu acho que precisa ter, sabe por que, porque não se discute nem como a gente deve trabalhar com esse aluno, eu acho que precisava porque a gente nem sabe como lidar com esse aluno, só diz assim tem que haver inclusão, mas ninguém diz como a gente deve trabalhar com esse aluno, deveria ter, nem mesmo ensinar a gente como receber esse aluno.

7. Fernanda. Eu acho que contribui porque ajuda pelo menos a desenvolver outras habilidades que não seja só leitura e escrita.

8. Fernanda Primeiro receber o aluno sem rejeição, sem nada, e estar preparando mais a gente para saber como tratar esse aluno e ajudar, muitas vezes o aluno chega pra gente e a gente nem sabe que ele tem deficiência. A escola deveria nos preparar mais, Rodrigo mesmo eu recebi como qualquer outra criança, como normal.

9. Fernanda É tratando todos com respeito, com igualdade na maneira que é possível ser igual, na maneira de cada um, a gente não pode ignorar isso.

10. Fernanda. Eu acho, ajuda a sociedade a ver essas crianças com outros olhos, é importante esses alunos estarem na escola, essa inclusão traz benefício tanto para família como pra sociedade e pra própria escola.

ENTREVISTA 4

1. Professora Jordânia Bem eu acho que inclusão não é só aceitar o aluno na escola. Só ali não esta incluindo ele, não ta fazendo a inclusão do aluno é que a escola esteja preparada para recebê-los para atender as necessidades dele, tanto professor quanto a escola. (...) é colocar o aluno na escola, como ele não se sentisse que é um deficiente, incluir, integrar com todos como um aluno normal qualquer. Incluir de uma forma geral, e não só ele está ali porque é deficiente, e a escola aceita ele porque é deficiente. Ele tem que se sentir um aluno normal e tem que tá preparado também, como nós também temos que está preparado para passar pra eles tudo que eles necessitam. (em 31/05/2011).

2. Jordânia. Na verdade escola nenhuma é inclusiva, todas elas estão precisando de reforço para promover essa inclusão. As escolas estão incluindo socialmente, mas na parte da aprendizagem a escola está totalmente despreparada, na parte física, por exemplo, já se fez alguma coisa, como rampas de acesso para os cadeirantes, banheiros adaptados. Mas na verdade a parte principal esta faltando, é a preparação dos professores para lidar com esses alunos.

3. Jordânia. Não é como eu falei e repito, ensino da maneira que eu acho correta e que eu não sei se é correta, é preciso que os professores tivessem uma preparação especial para trabalhar com esses alunos, e eu nunca fui preparada para ensinar esses alunos, trabalho da forma que eu acho que seja correta, agora se é correta eu não sei.

4. Jordânia. Dificulta, dificulta, porque não sou eu, mas todo professor fica muito voltado para aquele aluno porque ele é deficiente, e acaba atrapalhando um pouco os outros.

5. Jordânia. É isso que eu queria saber, rapaz é um meio difícil, mas tratar com carinho, atenção especial, para depois ver a necessidade dele e ver como você vai poder ajudar esses alunos... A gente bota todo nosso carinho em cima de nosso trabalho, mas que não sei se estou fazendo correto.

6. Jordânia. Tem, às vezes tem, tem um tempo que houve uma reunião, mas as pessoas que estão ali também estão buscando ajuda, pedem ajuda a nós professores, mas a gente não sabe nem como ajudar.

7. Jordânia. Eu acho que sim, contribui muito porque quando eles estão lá eles sabem associar as coisas.

(comentário entrevistador) Eles não conseguem acompanhar as turmas regulares, mas aprendem.

Jordânia. Eles aprendem um pouco, aprendem, nosso trabalho não é em vão.

8. Jordânia. A melhor forma seria partir da secretaria de educação, é vim recursos de lá para cá. Tem que partir do sistema.

9. Jordânia. Tudo que está ao meu alcance, o que eu posso fazer para ajudar, eu estou ai para ajudar. Mesmo não tendo a experiência, a boa vontade ajuda muito.

10. Jordânia. O! mais é claro que trás, você vê nas grandes cidades o que é que o deficiente é capaz de fazer, isso é muito gratificante, importante para o crescimento deles. A inclusão é de suma importância. É preciso que se olhe para frente, que se dê um passo adiante, pra que isso aconteça de verdade.

ENTREVISTA 5

1. Professora Gilvania. Inclusão é favorecer oportunidades pra quem esta fora da sociedade, ou que sente ou se coloca fora do meio social. (em 31/05/2011).

2. Gilvania. Eu considero porque aceita essas matriculas, porque tem certa quantidade de alunos com deficiências... É inclusiva porque tem estrutura para receber esses alunos... Fizeram rampas para acesso, receberam jogos, materiais... Mas nas salas comuns não tem, e não tem como ter... Inclui porque os outros alunos aceitam e também ajudam, graças a Deus.

3. Gilvania. Não, não.

4. Gilvania. Olhe só o lado afetivo sempre teve, mas a parte pedagógica é a que falta... Eu não vou mentir que muitas vezes eu deixava esse aluno de lado. A melhor forma seria o afetivo, dando carinho, atenção.

5. Gilvania. Atrapalha, atrapalha, atrapalha sim, aquela rotina ali em relação à parte pedagógica, ao trabalho, porque numa turma de 20 alunos e apenas um que é assim,/ mas só que a gente sabe que ele tem que estar ali, é pela inclusão, para ter o contato com os outros.

6. Gilvania. Já houve, mas o que aconteceu em colocar em prática isso não houve. A verdade é ninguém procura para não ter o trabalho, “não vou mentir”. A inclusão foi jogada para o professor, sem medir nenhuma consequência e nisso houve uma grande exclusão. Na acc nunca houve preocupação em planejar atividades, o que acontecia era a gente relatar as dificuldades da escola.

7. Gilvania. Interage entre eles mesmos no seu momento e no horário oposto.

8. Gilvania. A melhor forma pra mim seria capacitar todos os professores de forma que eles pudessem então atender a essa necessidade. É preciso uma formação continuada para os

professores, pois sozinhos não temos como fazer nada... E até acontecer essa formação o professor pode dedicar seu amor, carinho e atenção para esses alunos.

9. Gilvania. A partir do momento que eu tenho então essa preparação, agir, executar de forma que eu possa dá de mim o que eu possa também favorecer, que também eu não posso dizer que vou fazer tudo, e se minha natureza não pede não, o professor tem que querer.

10. Gilvania. A importância é que o aluno vai interagir com o meio social, e os benefícios é que eles não vão se sentir tão isolados, eles vão ta naquele meio social, o que um aluno comum faz ele também vai fazer, como agora no São João participar de quadrilha, ele ta se vendo participando e isso é ótimo, pra ele é mil, se sentir útil e não isolado como sempre foi.

ENTREVISTA 6

1. Professora Paloma. Inclusão na verdade é assim, você esta inserido naquele processo educacional, ter um espaço reservado pra eles onde eles pudessem realmente aprender e tivesse a convivência com os colegas, isso pra mim é inclusão, não eles estarem numa sala junto com os meninos, eu acho que esse espaço que eles tem de aprendizagem é diferenciado. Inclusão é você estar naquela escola, naquele espaço, na hora do intervalo, na hora da merenda, na hora das atividades, eles estarem junto com os colegas, mas em salas especiais. Eles estarem na sala comum eu acho que isso não é bom pra eles. É estar junto com todos na sua diferença, mas numa sala só para eles e na hora que todo mundo estivesse junto eles estariam também, nos recreios, festas...(em 30/05/2011).

2. Paloma. Considero, apesar dos recursos serem poucos, apesar do espaço físico ser inapropriado.(.) porque as crianças que já estudam a gente vê a felicidade, e a gente percebe essa inclusão nessa hora, na hora da merenda, nas atividades comemorativas, eles não são rejeitados de jeito nenhum.

3. Paloma. Não, eu ensinei, acho que eu não fiz um bom trabalho, deixa muito a desejar, eles precisam de uma atenção especial, de sentar, de ouvir, de mais tempo. Você percebe que não estar fazendo um bom trabalho, você quer fazer mais, mas não sabe o que fazer e como fazer.

4. Paloma. A gente age na verdade por impulso, por instinto, como se tivesse agindo com um filho, você tem que ser mais tranqüila, mais calma, mais carinhosa, procurando se colocar no lugar dessa pessoa, a atenção que a gente dava pra ela era muito pouca, a gente faz o que a gente pode, mas ainda é muito pouco, não é suficiente.

5. Paloma. Totalmente, assim, dificulta no sentido de dá atenção para esse aluno, na questão do tempo, a rotina muda completamente, ou eu abria mão dela para terminar o assunto com os

outros alunos, ou então parava no meio para dá atenção para ela, você acaba tendo que escolher quem ensina.

6. Paloma. A gente não falava muito sobre isso, agora a gente fala como é importante eles estarem junto em tudo, incluir na verdade é isso fazer junto com todos no seu diferente, o que todo mundo vai fazer ele faz, isso pra mim é inclusão, só que em sala separada.

7. Paloma. Contribui, ajuda na socialização com os outros alunos, essa sala é o caminho, nessa sala eles desenvolvem a aprendizagem e durante o recreio, festas eles vão ficar junto com todos.

8. Paloma. É estando junto com os outros, ter a sala onde eles possam se desenvolver, estar o tempo todo naquela sala não desenvolve. O caminho seria ter uma sala só para esses alunos, e no momento do recreio das festas estarem juntos com os outros alunos.

9. Paloma. Eu acho que a gente vai muito pelo que sente, pela emoção cada um tem um jeito diferente, é tratar igual, sem dá muita ênfase para a deficiência, a parte da afetividade é o que a gente pode contribuir. Ter o maior cuidado, pois essas pessoas são mais sensíveis que as outras.

10. Paloma. Através dessa inclusão vamos ensinar pros nossos alunos que temos que respeitar o diferente. A gente tem que ensinar essa parte de igualdade desde cedo, porque essas pessoas são iguais a gente em praticamente tudo, tem os mesmos direitos.

ENTREVISTA 7

1. Professora Priscila. Inclusão pra mim eu acho que é você ter que saber lidar com as crianças especiais, essas crianças precisam de apóio de carinho, você não pode considerar elas ninguém, você tem que cuidar delas com carinho, não também assim por ser especial tratar ela como coitadinho, porque ela é especial. Tratar normal como qualquer outra, só que uma parte mais especial que as normais, eu acho eu acho que você tem que tratar igual, não é porque ela tem problema que vamos tratar ela diferente.(em 02/06/2011).

2. Priscila. O, considero, embora alguns professores se mostrem distante dessa inclusão, mas não são todos, ela recebe bem esses alunos. Ela falta espaço, estrutura, embora já tenha uma mini sala de recursos com jogos computadores.

3. Priscila. Eu não me considero capacitada, mas se um dia for convidada para ensinar essas crianças eu vou dá o tudo de mim para fazer um bom trabalho.... Agora assim você tem que ter um tempo maior para essas crianças... Eu não posso parar e dá atenção só para essa criança e deixar os outros de lado, eu tenho que trabalhar em grupo, não deixar essa criança excluída.

4. Priscila. O professor tem que ter bastante paciência saber como lidar com esse aluno, saber falar com esse aluno para não magoá-lo, tem que ter o maior cuidado, as vezes você fala uma coisa e o aluno interpreta mal.

5. Priscila. Dificulta um pouco porque se eu passo uma atividade na sala e essa criança não acompanha eu não posso deixar ela no canto, eu tenho que fazer de tudo pra essa criança acompanhar os outros.

6. Priscila. Na acc não tem discussão sobre isso, agora a gente já teve palestras, oficinas com professores super interessantes, fizemos alguns jogos para trabalhar com essas crianças... Discute, mas não diretamente, nós comentamos, mas discutir diretamente não, nunca paramos para fazer isso.

7. Priscila. Contribui, mesmo a criança não tendo habilidade de escrever e de ler, ele tem outras habilidades que eles podem desenvolver, participam falando, eu acho que aprende sim, porque essas crianças não vem vazias, elas já trazem um conhecimento de casa.

8. Priscila. É como não tem estrutura ainda na escola a gente não pode esperar montar uma sala, do jeito que tá nós podemos ir tentando e vendo o que podemos fazer.

9. Priscila. Ajudar e procurar sempre no que for necessário, o professor têm que estar sempre procurando como fazer, e o que fazer para essas crianças.

10. Priscila. Ela tem que existir porque é muito importante, porque o preconceito ta aí, e espero que um dia ele possa acabar, e os próprios professores são preconceituosos...o preconceito parte primeiro do professor, e é necessário que ele acabe, partindo da própria escola, essa inclusão traz benefícios, vemos pessoas com deficiência fazendo faculdade, trabalhando...

ENTREVISTA 8

1. Professora Carla. Inclusão é esses meninos estarem na escola, não por estar, também trabalhar as necessidades deles, se você colocar na escola e não trabalhar a realidade dele você exclui ele mais ainda, fazendo atividades diferenciadas direcionada para eles.(em 01/06/2011).

2. Carla. (.) é inclusiva por que agora esta funcionando uma mini sala de recursos, e essas crianças já estão nas salas regulares, só que não tem um trabalho voltado pra eles na sala regular. Falta formação de professores e estrutura para receber esses alunos.

3. Carla. É aquela mesma coisa, você não tem uma formação para trabalhar com a criança com deficiência, falta ainda preparação do professor para trabalhar com esses alunos.

4. Carla. Acho que ele deve motivar e chamar a atenção desses alunos, mesmo que ele não tenha formação, tentar buscar meios de como trabalhar com esses alunos, não parar porque não tem formação.

5. Carla. Eu não sei se dificulta o aprendizado da turma, não dificulta, acho que você fica sem saber como lidar com aquela criança na sala, mas dependendo do tipo deficiência não atrapalha não, mas você fica meu Deus como eu vou fazer para trabalhar com esse aluno, mas você não pode parar tem que continuar buscando fazer alguma coisa por essas crianças.

6. Carla. Essa discussão não está acontecendo ainda porque a sala de recursos entrou no PPP da escola esse ano, não tem um momento direcionado para trabalhar a inclusão, pra preparar atividades para essas crianças.

7. Carla. Eu não sei se contribui porque na sala de recursos você não trabalha a parte pedagógica como na sala regular, o trabalho desenvolvido na sala de recursos é diferenciado, na sala de recursos trabalhamos com jogos para levantar a auto-estima das crianças. Eu acho que contribui pra eles e para sala regular.

8. Carla. Oferecendo uma formação continuada dos professores, a melhoria da escola, uma sala de recursos adaptada pra ele no horário oposto, uma sala com espaço com lazer, assim está incluindo.

9. Carla. É a gente não cruzar os braços e acolher essas crianças, que essas crianças não fiquem de fora da escola, chame essas crianças para a sala, pra elas não fiquem excluídas. Por mais que você não tenha formação você vai buscar maneiras de como trabalhar com essas crianças.

10. Carla. É importante porque essas crianças tem direito como todas as criança, temos que ensinar essas crianças a se defenderem, elas tem deficiência, mas são capazes. Você tem que confiar e incentivá-las de são capazes.

(comentário do entrevistador) E os benefícios?

Carla. A sociedade acha assim pra quê esse menino na escola ele não vai aprender, acha que o importante é só aprender a ler e escrever. Só o fato de esses meninos aprenderem a se defender, a se virar sozinhos, a comer sozinhos, a se vestir... A se defender é ótimo. Não é porque eles não aprendem a ler e escrever que eles não devam estar na escola.

